

# PREGÃO ELETRÔNICO

90005/2026

**CONTRATANTE (UASG)**  
(262211)

## OBJETO

*Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, treinamento da Brigada de Incêndio, bem como a execução de todos os serviços técnicos, com fornecimento de mão de obra e materiais, necessários para a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB para a Coordenadoria Geral Regional – CGR.9.*

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**  
**R\$ 193.701,94**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  
Dia **12/05/2026 às 09:00 h** (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
*Menor preço*

**MODO DE DISPUTA:**  
*Aberto*

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**  
**SIM**



Baixe o app Compras.gov.br  
e apresente sua proposta

## Sumário

1. DO OBJETO.....	1
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	2
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	2
4. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA .....	3
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	5
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, PROPOSTAS E LANCES.....	6
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	8
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	11
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	13
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	13
11. DOS RECURSOS.....	13
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	13
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E ESCLARECIMENTO.....	16
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	17



Baixe o app Compras.gov.br  
e apresente sua proposta

ESP-DR.09 - SAO JOSE DO RIO PRETO

## Edital 5/2026

### Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	262211-ESP-DR.09 - SAO JOSE DO RIO PRETO	JOSE CLAUDIO PEREIRA	24/04/2026 15:18 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

### Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	24/2026	139.00010361/2026-18

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - CGR.9

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2026

Processo Administrativo nº 139.00010361/2026-18

Torna-se público que a **Coordenadoria Geral Regional de São José do Rio Preto - CGR.9**, por meio do **Serviço de Aquisições e Contratações SQ.9**, sediado(a) **Av. Floriano André Cabrera, s/nº, bairro Jardim São Marco, na cidade de São José do Rio Preto/SP**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõe este instrumento.

### 1. Do objeto

*1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, treinamento da Brigada de Incêndio, bem como a execução de todos os serviços técnicos, com fornecimento de mão de obra e materiais, necessários para a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.*

*1.2. A licitação será realizada em único item.*

## 2. Do registro de preços

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

## 3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.*

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para os itens 1, 2, 3 e 4 a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observando o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.*

## **4. Da apresentação de propostas**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *menor preço*, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição [Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão:

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso

## 5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

*5.1.1. Valor do total do item;*

*5.1.2. Quantidade cotada devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

*5.2.1. o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.*

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição [Federal](#), e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. Da abertura da sessão propostas e lances

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor *GLOBAL* do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior*, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:
- Item 1 - Serviço de Elaboração de Plano e Projeto - Projeto básico de segurança contra incêndio em edificações - R\$ 1.900,00 (hum mil e novecentos reais) e incidirá sobre o valor total do item.***
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
- 6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*
- 6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
- 6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.*
- 6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*
- 6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.1.7 Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNICAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração*

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto na subdivisão subsequente.

7.9.1. A inexecuibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

7.10. Em acréscimo às disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:

7.10.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.

7.10.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

7.10.4. É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.10.5. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10.6. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.

7.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita a saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **8. Da fase de habilitação**

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

*8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.*

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (*duas*) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão no item 3.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. Da data de registro de preços**

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

## **10. Da formação do cadastro de reserva**

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

## **11. Dos recursos**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através de solicitação formal através do *sistema sei.sp.gov.br*.

## **12. Das infrações administrativas e sanções**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



**12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:**

(1) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

(a) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, de 0,5% a 20% do valor do Contrato.

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 12.1.3, de 0,5% a 20% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita no item 12.1.2, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato.

(6) Para infração descrita no item 12.1.4, a 12.1.6, multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato.

(7) Para infração descrita no item 12.1.7, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato.

(8) Para infração descrita no item 12.1.1, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

### **13. Da impugnação ao Edital e esclarecimento**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s):* ***sq9@der.sp.gov.br***

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no **sistema compras.gov.br**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1 *Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.*

14.2.1.2. *Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.*

14.2.1.3 . *Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL” de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.*

14.2.1.4. *Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.*

14.2.1. 5. *Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:*

*14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(am) ser exibido(s) pelo adjudicatário ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento que o integra como anexo.*

*14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.*

*14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.*

*14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.*

*14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual*

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

*14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.*

*14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico ***www.der.sp.gov.br***.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16. *ANEXO I - Termo de Referência com Estudo Técnico Preliminar;*

14.17. *ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;*

14.18. *ANEXO III – Modelo de Planilha de Proposta;*

14.19. *ANEXO IV – Modelo de Declarações;*

14.20. *ANEXO V - Autorização Complementar;*

14.21. *ANEXO VI - Modelos referentes a vistoria prévia;*

14.22. *ANEXO VII - Cronograma Físico - Financeiro;*

14.23. *ANEXO VIII - Planilha Orçamentária;*

***São José do Rio Preto, na data da assinatura digital***

## **15. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ORSI PEREIRA DUARTE JUNIOR**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 15:18:56.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TERMO DE REFERENCIA COM ESTUDO TECNICO PRELIMINAR.pdf (801.47 KB)
- Anexo II - MINUTA DE CONTRATO.pdf (171.93 KB)
- Anexo III - MODELO DE PROPOSTA.pdf (281.61 KB)
- Anexo IV - MODELO DE DECLARACOES.pdf (243.33 KB)
- Anexo V - MODELO AUTORIZACAO COMPLEMENTAR.pdf (219.99 KB)
- Anexo VI - MODELO DE DECLARACOES VISTORIA PREVIA.pdf (275.98 KB)
- Anexo VII - CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO.pdf (62.26 KB)
- Anexo VIII - PLANILHA ORCAMENTARIA.pdf (294.7 KB)

ESP-DR.09 - SAO JOSE DO RIO PRETO

## Termo de Referência 7/2026

### Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	262211-ESP-DR.09 - SAO JOSE DO RIO PRETO	KARINA RODRIGUES DA SILVA	23/02/2026 15:54 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

### Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	24/2026	139.00010361/2026-18

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, treinamento da Brigada de Incêndio, bem como a execução de todos os serviços técnicos, com fornecimento de mão de obra e materiais, necessários para a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER/ BEC	CATSER/ COMPRAS	UNID. MEDIDA	QTD. TOTAL
1	SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PLANO E PROJETO - PROJETO BÁSICO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO EM EDIFICAÇÕES	64645	2763	UNIDADE	1

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é 120 (cento e vinte) dias, corridos contados a partir da data da ordem de início dos serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

## **Subcontratação**

*1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.*

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. A contratação de empresa especializada em segurança contra incêndio revela-se imprescindível para assegurar a integridade física de servidores, usuários e visitantes do prédio da Coordenadoria Geral Regional de São José do Rio Preto – CGR.9, bem como para resguardar o patrimônio público e garantir a regularidade da edificação perante o Corpo de Bombeiros. Trata-se de medida preventiva que reforça o compromisso da Administração com a segurança institucional e a conformidade legal.

2.2. A elaboração do Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, assim como sua aprovação junto ao órgão competente, exige conhecimento técnico específico, domínio das normas vigentes e habilitação profissional adequada. Por se tratar de atividade especializada e de elevada responsabilidade técnica, sua execução demanda empresa qualificada, não sendo viável a realização por equipe interna desprovida da expertise necessária.

2.3. Além da fase de projeto, bem como sua aprovação a contratação abrangerá os serviços indispensáveis à obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), documento obrigatório para o funcionamento regular da edificação. Estão compreendidos levantamentos técnicos, eventuais adequações estruturais e o acompanhamento integral dos trâmites administrativos até a emissão do certificado, assegurando o atendimento pleno às exigências normativas.

2.4. O objeto contempla, ainda, a implantação dos sistemas de prevenção e combate a incêndio, incluindo instalação de reservatório metálico de 18.000 litros, extintores, hidrantes, mangueiras, sprinklers, sistemas de alarme, iluminação de emergência e sinalização de rotas de fuga. A execução por empresa especializada garante a correta instalação dos equipamentos, a mitigação de riscos e a observância das normas técnicas aplicáveis.

2.5. Também está prevista a capacitação de servidores por meio de treinamento de Brigada de Incêndio, medida essencial para assegurar resposta rápida e eficaz em situações emergenciais. A complexidade técnica envolvida e a necessidade de estrita observância às exigências regulamentares reforçam a indispensabilidade da contratação, evitando riscos à segurança e possíveis interrupções das atividades administrativas.

2.6. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme demonstrado em item específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

I) ID PCA no PNCP: 43052497000102-0-000004/2026

II) Data de publicação no PNCP: 02/06/2025

III) ID do item no PCA: 46

IV) Classe/Grupo: 871 – Outros Serviços de Suporte

V) Identificador da Futura Contratação: 262211-24/2026

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E DO CICLO DE VIDA**

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada e devidamente habilitada para a elaboração do Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, sua submissão, acompanhamento e aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, bem como para a execução integral das adequações físicas e técnicas necessárias à regularização da edificação e obtenção/renovação do AVCB do prédio da Coordenadoria Geral Regional de São José do Rio Preto - CGR.9.

3.2. Além dos serviços específicos já detalhados (instalação de central de alarme, luminárias de emergência, extintores, sinalização e treinamento de brigada), a solução contempla como serviços principais estruturantes:



- 3.2.1. Projeto e aprovação junto ao Corpo de Bombeiros;
- 3.2.2. Serviços preliminares;
- 3.2.3. Execução da base e instalação do reservatório;
- 3.2.4. Implantação completa do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio.
- 3.2.5. Entrega do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro - APROVADO

3.3. Para assegurar a adequada execução do objeto, o ciclo de vida da contratação observará as seguintes etapas integradas:

#### **3.4. Planejamento e Diagnóstico**

3.4.1. Fase inicial destinada ao levantamento técnico detalhado da edificação, análise das condições existentes, identificação de inconformidades e definição das adequações necessárias ao atendimento das normas vigentes. Inclui medições, vistorias técnicas, estudos preliminares, emissão de ART/RRT e demais providências indispensáveis ao correto dimensionamento do sistema.

#### **3.5. Elaboração e Aprovação do Projeto**

3.5.1. Desenvolvimento completo do Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, com elaboração de plantas, memoriais descritivos, cálculos, especificações e demais documentos exigidos. Nesta etapa também se inclui o protocolo junto ao Corpo de Bombeiros, acompanhamento de eventuais exigências técnicas, realização de ajustes solicitados e obtenção da aprovação formal.

#### **3.6. Implantação dos Sistemas e Execução das Adequações**

3.6.1. Compreende a execução física das intervenções previstas em projeto, incluindo:

- 3.6.1.1. Execução da base estrutural do reservatório, conforme critérios técnicos de segurança e estabilidade;
- 3.6.1.2. Instalação do reservatório e demais componentes hidráulicos;
- 3.6.1.3. Implantação da central de detecção e alarme de incêndio, com inspeções técnicas, testes funcionais e emissão de relatório técnico;
- 3.6.1.4. Instalação de luminárias de emergência, extintores (PQS e AP), placas de sinalização e demais dispositivos de evacuação;
- 3.6.1.5. Realização de testes operacionais completos e emissão dos laudos de conformidade.

3.7. Todos os serviços deverão observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis e as instruções do Corpo de Bombeiros.

#### **3.8. Capacitação e Regularização**

3.8.1. Inclui a realização de treinamento teórico e prático da Brigada de Incêndio por profissionais habilitados, com emissão de certificados aos brigadistas. Abrange ainda a consolidação documental, organização dos laudos técnicos e demais documentos necessários para a obtenção do AVCB.

#### **3.9. Fiscalização, Acompanhamento e Encerramento**

3.9.1. A execução contratual será acompanhada por fiscais designados pelo Contratante, mediante relatórios periódicos, verificação in loco dos serviços executados e avaliação do cumprimento das obrigações contratuais. Ao final, será emitido ateste formal quanto ao cumprimento integral do objeto.

3.9.2. A execução observará os prazos estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar e será regida pela Lei nº 14.133 de 2021. Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão formal dos serviços, o cronograma será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante registro por apostilamento.

3.9.3. As comunicações entre as partes ocorrerão preferencialmente por escrito, admitindo-se meio eletrônico quando cabível, podendo o Contratante convocar o preposto da Contratada para reuniões técnicas e alinhamento das estratégias de execução e fiscalização do objeto.

### **3.10. Local da Prestação dos Serviços**

3.10.1. Os serviços serão executados na Coordenadoria Geral Regional de São José do Rio Preto - CGR.9, situada na Av. Floriano André Cabrera s/nº, Jardim São Marco, São José do Rio Preto/SP CEP 15.081-285;

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Sustentabilidade**

4.1.1. A execução dos serviços de elaboração de projeto, implantação dos sistemas de prevenção e combate a incêndio e demais atividades necessárias à obtenção do AVCB deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da Lei nº 14.133, priorizando a minimização de impactos ambientais, o uso racional de recursos e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

### **4.2. Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho**

4.2.1. A Contratada deverá cumprir integralmente as normas técnicas de saúde, higiene e segurança do trabalho aplicáveis à execução dos serviços, em conformidade com as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

### **4.3. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**

4.3.1. A Contratada deverá fornecer e exigir o uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários à execução das atividades, especialmente em serviços que envolvam instalações elétricas, trabalho em altura, manuseio de ferramentas e produtos químicos, responsabilizando-se pela fiscalização de seu uso.

### **4.4. Gestão e Destinação de Resíduos**

4.4.1. Os resíduos eventualmente gerados durante a execução das instalações, substituições ou adequações deverão ser segregados e destinados de forma ambientalmente adequada, observando-se a coleta seletiva e a legislação ambiental vigente, vedado o descarte irregular nas dependências da edificação.

### **4.5. Uso de Produtos e Substâncias Químicas**

4.5.1. Quando houver utilização de produtos químicos, especialmente na manutenção ou instalação de extintores e sistemas correlatos, a Contratada deverá:

4.5.1.1. Utilizar, sempre que tecnicamente possível, produtos biodegradáveis e de menor impacto ambiental;

4.5.1.2. Garantir que todos os produtos empregados atendam às normas de segurança e regulamentações ambientais aplicáveis;

4.5.1.3. Manter fichas técnicas e informações de segurança disponíveis para eventual fiscalização.

#### **4.6. Prevenção de Contaminações**

4.6.1. Durante a execução dos serviços, a Contratada deverá adotar medidas preventivas destinadas a evitar contaminação do solo, da água ou de estruturas existentes, incluindo:

- 4.6.1.1. Inspeção e controle de vazamentos de agentes químicos ou resíduos;
- 4.6.1.2. Proteção de áreas sensíveis da edificação;
- 4.6.1.3. Correção imediata de qualquer ocorrência que possa gerar dano ambiental.

#### **4.7. Responsabilidade Ambiental**

4.7.1. A Contratada será responsável por quaisquer danos ambientais decorrentes da execução dos serviços, respondendo pelas medidas corretivas e pelas sanções administrativas cabíveis, conforme previsto na legislação vigente.

#### **4.8. Garantia da contratação**

4.8.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.8.2. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

II - **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

III - **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria.

V - **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.8.3. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.8.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação a garantia da contratação.

#### **4.9. Vistoria**

4.9.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h30 min. às 11h30min e das 14h30min às 17h30min, através de agendamento.

4.9.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.9.3. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.'

4.9.3.1. Em atendimento ao disposto no §4º do Art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, os eventuais interessados que optarem por realizar a vistoria prévia, poderão agendar data e horário através do telefone (17) 3218-8539 ou e-mail sg9@der.sp.gov.br;

4.9.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.9.5. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

#### **5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

5.1.1. O início da execução do objeto dar-se-á a partir da emissão da Ordem de Execução dos Serviços ou documento equivalente emitido pelo Contratante.

5.1.2. A execução compreenderá, de forma integrada e sequencial, as seguintes etapas:

5.1.2.1. Levantamento técnico e diagnóstico da edificação;

5.1.2.2. Elaboração, protocolo e entrega do Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio junto ao Corpo de Bombeiros - AVCB entregue a contratada;

5.1.2.3. Atendimento de eventuais exigências técnicas;

5.1.2.4. Execução das adequações físicas e implantação dos sistemas;

5.1.2.5. Testes operacionais e emissão de laudos técnicos;

5.1.2.6. Treinamento da Brigada de Incêndio;

5.1.2.7. Obtenção do AVCB.

#### **5.2. Local e Horário da Prestação dos Serviços**

5.2.1. Os serviços serão executados nas dependências da unidade indicada no Termo de Referência, preferencialmente de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 07h00 às 17h00, de modo a não interferir nas atividades administrativas do Contratante.

5.2.2. Eventual necessidade de execução fora do horário regular deverá ser previamente autorizada pela fiscalização do contrato.

#### **5.3. Rotinas a Serem Cumpridas**

5.3.1. A Contratada deverá executar todas as atividades necessárias ao cumprimento integral do objeto contratado, incluindo:

- 5.3.1.1. Realização de levantamento técnico e medições in loco;
- 5.3.1.2. Elaboração de plantas, memoriais, cálculos e demais documentos técnicos;
- 5.3.1.3. Protocolo e acompanhamento do processo junto ao Corpo de Bombeiros;
- 5.3.1.4. Execução da base estrutural do reservatório, conforme especificações do projeto;
- 5.3.1.5. Instalação do reservatório e demais componentes hidráulicos do sistema;
- 5.3.1.6. Instalação da central de detecção e alarme de incêndio, incluindo sirenes e dispositivos associados;
- 5.3.1.7. Instalação de luminárias de emergência;
- 5.3.1.8. Instalação de extintores (PQS e AP), hidrantes, sinalizações e demais dispositivos exigidos;
- 5.3.1.9. Realização de testes funcionais e operacionais;
- 5.3.1.10. Emissão de relatórios e laudos técnicos de conformidade;
- 5.3.1.11. Realização de treinamento teórico e prático da Brigada de Incêndio.

5.3.2. Todos os serviços deverão ser executados conforme as normas técnicas aplicáveis e as instruções do Corpo de Bombeiros.

#### **5.4. Metodologia de Execução**

5.4.1. A execução deverá observar metodologia técnica compatível com as normas vigentes, garantindo:

- 5.4.1.2. Correto dimensionamento e instalação dos sistemas;
- 5.4.1.3. Conformidade dos materiais e equipamentos com as especificações técnicas;
- 5.4.1.4. Realização de testes com simulação de emergência, quando aplicável;
- 5.4.1.5. Registro formal das etapas executadas por meio de relatórios técnicos.

5.4.2. A Contratada deverá manter responsável técnico legalmente habilitado durante todas as fases da execução.

#### **5.5. Testes, Laudos e Regularização**

5.5.1. Após a implantação dos sistemas, deverão ser realizados testes operacionais completos, com verificação do funcionamento dos dispositivos instalados.

5.5.2. A Contratada deverá emitir os laudos técnicos correspondentes, atestando a conformidade dos sistemas instalados.

5.5.3. A obtenção do AVCB somente será considerada concluída após a aprovação formal pelo Corpo de Bombeiros.

#### **5.6. Instalações, Equipamentos e Materiais**

5.6.1. O Contratante disponibilizará acesso às dependências necessárias à execução dos serviços.

5.6.2. Todos os equipamentos, ferramentas, materiais, dispositivos de segurança, sistemas e insumos necessários à execução do objeto serão de responsabilidade da Contratada, devendo:

- 5.6.2.1. Estar em perfeitas condições de uso;
- 5.6.2.2. Atender às normas técnicas aplicáveis;
- 5.6.2.3. Possuir certificações exigidas pelos órgãos competentes;
- 5.6.2.4. Ser previamente aprovados pela fiscalização, quando aplicável.

5.6.3. Os materiais e equipamentos fornecidos estarão sujeitos à verificação e aceitação pela fiscalização do contrato quanto à conformidade técnica, qualidade, validade e adequação ao projeto aprovado.

5.6.4. Caso necessário, a Contratada poderá complementar equipamentos às suas expensas, mediante prévia autorização do Contratante, podendo retirá-los ao término do contrato, no prazo máximo de 10 (dez dias úteis.)

## 6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

### 6.1. São obrigações do Contratante:

6.1.1. *Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;*

6.1.2. *Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;*

6.1.3. *Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;*

6.1.4. *Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;*

6.1.5. *Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;*

6.1.6. *Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência;*

6.1.7. *Acompanhar e fiscalizar a execução e a entrega dos serviços, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo recebimento do objeto deste Termo de Referência;*

6.1.8. *Rejeitar, no todo ou em parte os serviços entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA;*

6.1.9. *Indicar formalmente o gestor e o(s) fiscais(is) para acompanhamento da execução contratual;*

6.1.10. *Encaminhar a liberação de pagamento da fatura da prestação dos serviços. Mediante apresentação da renovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (APROVADO);*

6.1.11. *Indicar as instalações a serem utilizadas com relação a execução dos serviços objeto do contrato; Aplicar os devidos fatores de desconto, quando necessários;*

6.1.12. *Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas durante a execução dos serviços; Solicitar a correção dos serviços em que se verificarem com defeitos;*

6.1.13. *Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA corrigir os serviços executados com defeito;*

6.1.14. *Aplicar a CONTRATADA as sanções regulamentares em caso de descumprimento do objeto contratado;*

6.1.15. *Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários conforme a legislação vigente.*

6.1.16. *Aplicar ao Contratado as sanções previstas em Contrato;*

6.1.17. *Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133 /2021):*

*I) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;*

*II) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;*

*III) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;*

*IV) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;*

*V) demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;*

VI) Realizar outras exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado.

6.1.18. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A CONTRATADA, além do fornecimento de mão-de-obra, de todos os materiais necessários e indispensáveis à execução do serviço e demais atividades correlatas, obriga-se à:

7.2. Cuidar para que as normas e regulamentos internos da Contratante sejam respeitadas, de acordo com o Decreto nº 69.328, de 22 de Janeiro de 2025 que Aprova o Código de Ética da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.

**7.3. Responsabilizar-se integralmente pelo serviço objeto do contrato, cumprindo as disposições legais vigentes que interfiram em sua execução, destacando-se as legislações de segurança, fiscais, trabalhistas e ambientais;**

7.4. Executar os trabalhos de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos – quer humanos, quer materiais – obtendo a produtividade adequada, com vistas à qualidade dos serviços, e à satisfação do Contratante.

7.5. Indicar seu preposto, no início da prestação dos serviços, ao qual caberá responder pela direção, coordenação e execução de todas as atividades;

7.6. Designar por escrito, no ato do recebimento da autorização de serviços, preposto que tenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

7.7. Informar à área de segurança da Contratante os nomes e funções dos empregados da Contratada que estarão atuando na execução dos serviços em questão.

7.8. Disponibilizar o número necessário de profissionais tecnicamente capacitados para a prestação dos serviços, dentro do prazo de execução estipulado no contrato, cabendo a Contratada todos os ônus de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as indenizações por acidentes, moléstias e outros de natureza profissional e/ou ocupacional.

7.9. Observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional.

7.10. Arcar com todas as despesas e atender a todos os encargos decorrentes de alimentação de seus empregados.

7.11. Implantar, de forma adequada, a planificação, a execução e a supervisão dos serviços de maneira estruturada, fornecendo durante o horário comercial suporte para dar atendimento a eventuais necessidades decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato.

7.12. Submeter-se às normas de segurança do Contratante, em especial quanto ao acesso às suas dependências.

7.13. Manter os profissionais que executarão os serviços devidamente uniformizados, identificando-os mediante crachás com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIS).

7.14. Obedecer na execução e desenvolvimento das atividades, as determinações da Lei nº 6.514, de 22/12/77, regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08/06/78, do Ministério do Trabalho, e suas alterações, além de normas e

*procedimentos internos do Contratante, relativos à engenharia de segurança, medicina e meio ambiente de trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade.*

*7.15. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal e as normas de segurança e medicina do trabalho.*

*7.16. Reconhecer que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que vier a causar ao Contratante, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução do objeto, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para o Contratante, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.*

*7.17. Assumir total e exclusiva responsabilidade por qualquer ônus ou encargos relacionados com seus empregados, na prestação dos serviços objeto do contrato, sejam eles decorrentes da legislação trabalhista, social, previdenciária e /ou ambiental, incluídas as indenizações por acidentes, moléstias ou outras de natureza profissional e/ou ocupacional.*

*7.18. Assumir inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto do contrato, diretamente por seu preposto e/ou empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento feito pelo Contratante. Nessa hipótese o Contratante poderá reter pagamentos devidos à Contratada, na proporção dos prejuízos verificados, até a solução da pendência.*

*7.19. Manter a disciplina entre seus empregados, aos quais será expressamente vedado o uso de qualquer bebida alcoólica, bem como, durante a jornada de trabalho desviar a atenção do serviço.*

*7.20. Substituir qualquer integrante de sua equipe, cuja permanência no serviço for considerada inconveniente, no prazo determinado pela Contratante.*

*7.21. Dar ciência imediata e por escrito ao Contratante de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.*

*7.22. Prestar os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços.*

*7.23. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seu Preposto.*

*7.24. Manter o padrão de qualidade e uniformidade do serviço.*

*7.25. Garantir que as dependências vinculadas à execução do serviço sejam de uso exclusivo para atender o objeto do contrato.*

*7.26. Preservar e manter o Contratante à margem de todas as reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, referente aos serviços.*

*7.27. Ter pleno conhecimento das condições locais e da região onde serão executados os serviços.*

*7.28. Identificar todos os equipamentos, materiais e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante.*

*7.29. Manter em perfeitas condições de uso as dependências e equipamentos vinculados à execução do serviço, responsabilizando-se por eventuais extravios ou quebras.*

*7.30. Identificar todos os equipamentos, materiais e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante. Manter em perfeitas condições de uso as dependências e equipamentos vinculados à execução do serviço, responsabilizando-se por eventuais extravios ou quebras.*

*7.31. Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas quando da realização de atividades com produtos químicos controlados, quer seja em qualidade, quantidade ou destinação, atividades essas de inteira responsabilidade da Contratada, que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.*



7.32. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase de licitação.

7.33. Emitir a fatura/nota fiscal, de acordo com o estabelecido em contrato, e serviços efetivamente fornecidos;

7.34. A fiscalização e o controle do serviço pelo Contratante não exoneram nem diminui a completa responsabilidade da Contratada por qualquer inobservância ou omissão na prestação do serviço objeto do contrato.

## **8. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

8.6 O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

8.7. A Contratada deverá manter atualizada a indicação do preposto durante todo o período de execução do contrato.

8.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

8.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

### **Fiscalização Técnica**

8.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

8.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, §1º, e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, II).

8.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, III).

8.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

8.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

8.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

### **Fiscalização Administrativa**

8.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

8.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

8.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

8.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

8.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

8.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).

8.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

8.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

8.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. A avaliação da execução do objeto para aferição da qualidade da prestação dos serviços observará o disposto nesta seção.

9.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

9.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados;

9.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

9.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

9.2.1. Ao Contratante, por intermédio do Gestor e/ou fiscais, é assegurada a gestão e/ou fiscalização dos serviços contratados, de forma a acompanhar a execução contratual, cabendo:

9.2.2. Exercer a fiscalização dos serviços contratados, assegurando o cumprimento da execução do escopo contratado, tais como, horários estabelecidos, e compatibilidade com cronograma de trabalho estabelecido;

9.2.3. Registrar ocorrências na execução do objeto contratado, indicando e aplicando as eventuais multas, penalidades e sanções por inadimplemento contratual;

9.2.4. Realizar avaliação periódica das atividades desenvolvidas pela Contratada, mediante acompanhamento técnico, vistorias in loco e análise dos relatórios e documentos apresentados, a fim de verificar o cumprimento das obrigações contratuais e a conformidade dos serviços executados com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

9.2.5. Aprovar as faturas de prestação de serviços somente após a verificação e o ateste dos serviços efetivamente executados e aceitos, mediante conferência da conformidade com as condições, especificações e obrigações estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual.

### Do recebimento

9.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

9.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

9.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

9.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

9.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal:

9.8.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

9.8.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

9.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

9.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.12. *O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.*

9.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).

9.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

9.15.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

9.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

9.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

9.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

*9.19.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.*

9.20. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

9.20.1. o prazo de validade;

9.20.2. a data da emissão;

9.20.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.20.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.20.5. o valor a pagar; e

9.20.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.22. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.23. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.24. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.26. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

## **Prazo de pagamento**

9.28. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

9.29. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

## **Forma de pagamento**

9.30. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

9.30.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

9.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.32. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

9.32.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.33. *O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.*

# **10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E FORNECIMENTO**

## **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão Eletrônico, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

## **Regime de Execução**

10.2. *O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global.*

## **Exigências de habilitação**

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 10, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

## **Habilitação jurídica**

10.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.15. Prova de regularidade com a Fazenda *Municipal/Distrital* nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.16. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

10.17. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

10.18. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

10.19. *Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:*

*10.19.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);*

10.19.2. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

10.19.3. Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.19.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

10.19.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.19.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

10.20. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.21. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

10.22. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia ;

10.22.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

### **Qualificação Técnico-Operacional**

10.23. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso ;

10.23.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá (ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

10.23.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 24 (vinte e quatro) meses na prestação de serviços similares, sendo aceito o somatório de atestados ou certidões de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos;

10.23.1.2. Comprovação de que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

10.23.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, aplicável por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, c/c o artigo 1º, inciso VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023 ;

10.23.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

10.23.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos;



10.23.5. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

10.24. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

10.25. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133, de 2021 e a disciplina sobre o tema.

### **Outras comprovações**

10.26. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da [Constituição Estadual](#);

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

## **11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O valor da contratação será estimado mediante ampla prospecção de preços no mercado, realizada por meio de pesquisas junto a fornecedores, consultas a contratações similares, bancos de preços oficiais e demais fontes idôneas, em conformidade com o disposto no Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023, assegurando a obtenção de valores compatíveis com os praticados no mercado e a observância dos princípios da economicidade e da vantajosidade para a Administração Pública.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

12.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 26051;

II) Fonte de Recursos: 150140001;

III) Programa de Trabalho: 26122263065370000;

IV) Elemento de Despesa: 339039;

V) Plano Interno: 0647;

12.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **13. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

**KARINA RODRIGUES DA SILVA**

Chefe de Serviço/Área Técnica



*Assinou eletronicamente em 20/02/2026 às 09:12:16.*

**ORSI PEREIRA DUARTE JUNIOR**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 23/02/2026 às 15:54:42.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ESTUDO TECNICO PRELIMINAR.pdf (705.02 KB)

ESP-DR.09 - SAO JOSE DO RIO PRETO

## Estudo Técnico Preliminar 46/2025

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 139.00010361/2026-18

### 2. Descrição da necessidade

2.1. A contratação de empresa especializada em segurança contra incêndio é medida essencial para assegurar a integridade física dos usuários, servidores e visitantes do prédio da Coordenadoria Geral Regional de São José do Rio Preto – CGR.9, bem como para garantir a preservação do patrimônio público e a conformidade legal da edificação perante o Corpo de Bombeiros.

2.2. A elaboração do Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, sua submissão e aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, demanda conhecimentos técnicos específicos, domínio das normas vigentes e experiência comprovada. Trata-se de atividade altamente especializada, que exige habilitação profissional, responsabilidade técnica e constante atualização normativa, sendo inviável sua execução por equipes internas que não detenham tais competências.

2.3. Além da elaboração e aprovação do projeto, a contratação também contemplará os serviços técnicos profissionais necessários à obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, documento obrigatório para o funcionamento regular da edificação. Esses serviços incluem levantamentos técnicos, adequações estruturais e acompanhamento dos procedimentos até a emissão do certificado pelo Corpo de Bombeiros.

2.4. A empresa contratada será igualmente responsável pela prestação de serviços de implantação dos sistemas de proteção contra incêndio, incluindo reservatório metálico de 18.000 litros, extintores, hidrantes, mangueiras, sprinklers, alarmes, iluminação de emergência, sinalização de rota de fuga e demais materiais necessários. A execução dessas atividades por empresa especializada garante que todos os equipamentos estejam em perfeitas condições de uso, reduzindo riscos e assegurando a conformidade com as normas técnicas e regulamentares aplicáveis.

2.5. Outrossim, está prevista a realização de treinamento de Brigada de Incêndio, etapa fundamental para capacitar servidores a agir de forma rápida, segura e eficiente em situações de emergência. O treinamento adequado contribui diretamente para a redução de danos, proteção da vida e mitigação de impactos decorrentes de eventual sinistro.

2.6. A complexidade técnica envolvida, somada à necessidade de cumprimento rigoroso das normativas do Corpo de Bombeiros, reforça a indispensabilidade de contratação de empresa qualificada, dotada de profissionais habilitados e certificações aplicáveis. Tal medida assegura maior confiabilidade nos serviços prestados, bem como agilidade na identificação e correção de falhas, evitando interrupções nas atividades administrativas da CGR.9.

2.7. Por fim, essa contratação representa ação preventiva alinhada às melhores práticas de gestão pública, proteção patrimonial e saúde e segurança no trabalho. Investir em sistemas adequados de prevenção e combate a incêndio, bem como na regularização do prédio por meio do AVCB, é medida que demonstra comprometimento da Administração com a segurança, a legalidade e a responsabilidade institucional.

2.8. Diante do exposto, resta evidenciada a necessidade e a relevância da contratação de empresa especializada para o desenvolvimento do projeto técnico, implantação dos sistemas, treinamento de brigada e obtenção do AVCB para o prédio da CGR.9 – São José do Rio Preto.

2.9. Local da Prestação dos Serviços

2.9.1. Os serviços serão executados na Coordenadoria Geral Regional de São José do Rio Preto - CGR.9, situada na Avenida Floriano André Cabrera, SN, bairro Jardim São Marco, no município de São José do Rio Preto/SP, CEP: 15.081.285 em horários que não interfiram nas atividades normais do Contratante, respeitando jornada de até 44 horas semanais.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Patrimônio, Tecnologia e Atividades Gerais	Luis Antonio Tupy

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### 4.1. Objeto da Contratação

4.1.1. Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, treinamento da Brigada de Incêndio, bem como a execução de todos os serviços técnicos, com fornecimento de mão de obra e materiais, necessários para a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, conforme especificações do Termo de Referência, para o prédio da Coordenadoria Geral Regional de São José do Rio Preto – CGR.9.

4.2. A presente contratação visa selecionar empresa especializada para elaborar o Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, obter sua aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, realizar o treinamento da Brigada de Incêndio e executar todos os serviços, com mão de obra e materiais, necessários à obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, atendendo aos seguintes requisitos:

4.2.1. possuir habilitação técnica e certificação regular junto aos órgãos competentes, especialmente o Corpo de Bombeiros, comprovando a capacidade de atuar na renovação do AVCB, com profissionais qualificados e registrados;

4.2.2. realizar uma vistoria técnica completa na edificação, incluindo avaliação de todos os sistemas necessários de proteção contra incêndios, como reservatório metálico de 18.000 litros extintores, mangueiras, alarmes, sinalizações de emergência, rotas de fuga e dispositivos de evacuação e demais materiais necessários;

4.2.3. garantir a instalação de materiais e equipamentos conforme as normas vigentes,

4.2.4. cumprir rigorosamente todas as normas técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pelo Corpo de Bombeiros e pelas legislações correlatas de segurança contra incêndios;

4.2.5. emitir laudos técnicos e documentos oficiais que comprovem a regularidade da edificação após a execução dos serviços, bem como certificados de treinamento da brigada de incêndio, assegurando a conformidade com as exigências legais para a renovação do AVCB; e

4.2.6. submeter-se à supervisão e fiscalização dos responsáveis designados pelo Contratante, garantindo a plena adequação às especificações contratuais, normativas e de qualidade.

4.3. A Contratada deverá prover todos os insumos, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços (objeto da contratação), que deverão ser realizados por profissionais da Contratada tecnicamente capacitados, de modo a garantir a regularidade da edificação, bem como a conformidade com as exigências legais necessárias a obtenção do AVCB.

4.4. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições do Termo de Referência, prevalecem as disposições do Termo de Referência - TR.

4.5. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto Estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

4.6. O prazo de vigência da contratação será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados da data estabelecida para início dos serviços

4.6. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

4.7. A Contratada deverá assegurar a destinação correta dos resíduos, como componentes substituídos, de acordo com as normas ambientais aplicáveis, e as boas práticas ambientais, as quais deverão ser observadas na execução dos serviços.

#### **4.3. Regime de Execução**

4.3.1 Fica estabelecida a forma de execução indireta, sob o regime de empreitada **por preço global**.

#### **4.4. Prazo de Execução**

4.4.1. A empresa vencedora deverá realizar o serviço no prédio da Coordenadoria Geral Regional - CGR.9, em 30 (trinta) dias, contados da data estabelecida para o início dos serviços;

4.4.2. Poderá ser prorrogado por iguais ou sucessivos períodos até o limite de 12 (doze) meses;

4.4.3. Não obstante o prazo estipulado no caput, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada, esta, na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas;

4.4.4. A execução dos serviços deverá ter início em 10 (dez) dias corridos contados a partir da data da ordem de início dos serviços.

4.4.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a Empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.

#### **4.5. Qualificação técnica da contratada**

4.5.1. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA

4.5.2. Capacidade Técnico - Operacional, comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da contratada, que comprovem a prévia execução de obras de características e complexidade semelhantes as constantes do objeto da licitação.

#### **4.5. Aceite dos Serviços**

4.5.1. A CONTRATADA obrigará-se a entregar os serviços estritamente de acordo com as especificações constantes do projeto, responsabilizando-se pelo refazimento total ou parcial, na hipótese de se constatar defeitos na execução ou estiver em desacordo com as especificações adotadas. O Fiscal do contrato deve, neste caso, comunicar formalmente o Gestor do Contrato, quaisquer ocorrências quanto à execução dos serviços, para anotação e adoção das medidas cabíveis;

4.5.2. Após a execução dos serviços a Contratada comunicará o término da obra à Fiscalização, por escrito. A Contratante elaborará o Termo de Recebimento Provisório, a ser assinado imediatamente pelos representantes da CGR.9 e da Contratada, cuja manifestação quanto à aceitação dos serviços deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis;

4.5.3. Se forem verificadas pendências, a Contratada deverá corrigi-las no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Fiscalização;

4.5.4. Não havendo pendências considerar-se-á recebido definitivamente o objeto;

4.5.5. O Termo de Recebimento Definitivo deste instrumento, somente será lavrado após a correção das pendências apontadas no Termo de Recebimento Provisório, passando, a partir daí, a contar o prazo para o pagamento da Nota Fiscal/fatura.

#### **4.6. Visita Técnica**

4.6.1. Os interessados, para efeito de elaboração das propostas, poderão facultativamente, visitar os locais /instalações da Coordenadoria Geral Regional de São José do Rio Preto, onde serão realizados os serviços;

- a) As visitas deverão ser realizadas por empregado ou profissional credenciado pela empresa licitante;
- b) A comprovação do vínculo com a empresa será feita por meio da apresentação da Carteira Profissional de Trabalho, Ficha de Registro ou Contrato de Prestação de Serviços;
- c) A visita técnica deverá ser agendada na CGR.9/SG.9 pelo telefone (17) 3218-8539 ramal 8539
- d) A visita técnica poderá ser realizada durante o expediente (das 9h às 11h e das 14h30min às 17h) até o dia útil anterior à realização da sessão pública;
- e) Ao ser finalizada a visita, o servidor responsável pelo acompanhamento, assinará o Certificado de Realização de Visita Técnica;
- f) O licitante que optar pela não realização da visita técnica deverá, para participar do certame deverá apresentar declaração afirmando que tinha ciência da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada;

4.6.1.1. O Certificado de Realização de Visita Técnica ou a Declaração de Opção por Não Realizar a Visita Técnica deverá apresentar junto com os demais documentos de habilitação.

#### **4.7. MEDIÇÃO DOS SERVIÇO**

4.7.1. A medição deverá ocorrer no período de 30 (trinta) dias corridos a partir da ordem de início dos serviços. Sob pena de não realização, a medição deve ser precedida de solicitação da CONTRATADA, com antecedência de 5 (cinco) dias, instruída com os seguintes elementos:

4.7.1.1. Relatórios escrito e fotográfico;

4.7.1.2. Cronograma refletindo o andamento e término dos serviços;

4.7.1.3. Declaração, sob as penas da lei, afirmando que os produtos e subprodutos de madeira utilizados na obra são, exclusivamente, de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos e subprodutos de origem nativa:

4.7.1.3.1. Se tais produtos e subprodutos forem aqueles listados no artigo 1º, parágrafo primeiro, do Decreto Estadual nº 53.047/2008, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica cadastrada no CADMADEIRA;

4.7.1.4. Serão medidos apenas os serviços ou as parcelas dos serviços executados e concluídos.

4.7.1.5. A medição será registrada em planilhas que conterão a discriminação dos serviços, as quantidades medidas e seus preços, e serão acompanhadas de elementos elucidativos adequados, como fotos, memórias de cálculo, desenhos, catálogos, etc.

4.7.1.6. A medição será acompanhadas por representantes do CONTRATANTE e da CONTRATADA, sendo que eventuais divergências serão sanadas pelo representante do CONTRATANTE.

#### **4.8. GARANTIA**

4.8.1. As peças e componentes deverão ter garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou conforme o padrão do fabricante, se esta for maior, e a garantia dos serviços será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

#### **4.9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

4.9.1. Para a prestação dos serviços constantes neste Estudo Técnico Preliminar, a Contratada obriga-se a:

- 4.9.1.1. Cuidar para que as normas e regulamentos internos do Contratante sejam respeitadas, em especial o Código de Conduta Ética do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP, aprovado pela Portaria SUP/DER-098-08/10 /2024;
- 4.9.1.2. Responsabilizar-se integralmente pelo serviço objeto do contrato, cumprindo as disposições legais vigentes que interfiram em sua execução, destacando-se as legislações de segurança, fiscais, trabalhistas e ambientais.
- 4.9.1.3. Executar os trabalhos de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos – quer humanos, quer materiais – obtendo a produtividade adequada, com vistas à qualidade dos serviços, à satisfação do Contratante, e principalmente a aprovação do AVCB da unidade descrita no item 2.9.1. deste instrumento.
- 4.9.1.4. Indicar seu preposto, no início da prestação dos serviços, ao qual caberá responder pela direção, coordenação e execução de todas as atividades;
- 4.9.1.5. Designar por escrito, no ato do recebimento da autorização de serviços, preposto que tenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.
- 4.9.1.6. Informar à área de segurança da Contratante os nomes e funções dos empregados da Contratada que estarão atuando na execução dos serviços em questão.
- 4.9.1.7. Disponibilizar o número necessário de profissionais tecnicamente capacitados para a prestação dos serviços, dentro do prazo de execução estipulado no contrato, cabendo a Contratada todos os ônus de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as indenizações por acidentes, moléstias e outros de natureza profissional e/ou ocupacional.
- 4.9.1.8. Observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional.
- 4.9.1.9. Arcar com todas as despesas e atender a todos os encargos decorrentes de alimentação de seus empregados.
- 4.9.1.10. Implantar, de forma adequada, a planificação, a execução e a supervisão dos serviços de maneira estruturada, fornecendo durante o horário comercial suporte para dar atendimento a eventuais necessidades decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato.
- 4.9.1.11. Submeter-se às normas de segurança do Contratante, em especial quanto ao acesso às suas dependências.
- 4.9.1.12. Manter os profissionais que executarão os serviços devidamente uniformizados, identificando-os mediante crachás com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).
- 4.9.1.13. Obedecer na execução e desenvolvimento das atividades, as determinações da Lei nº 6.514, de 22/12/77, regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08/06/78, do Ministério do Trabalho, e suas alterações, além de normas e procedimentos internos do Contratante, relativos à engenharia de segurança, medicina e meio ambiente de trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade.
- 4.9.1.14. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal e as normas de segurança e medicina do trabalho.
- 4.9.1.15. Reconhecer que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que vier a causar ao Contratante, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução do objeto, ou danos



advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para o Contratante, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

4.9.1.16. Assumir total e exclusiva responsabilidade por qualquer ônus ou encargos relacionados com seus empregados, na prestação dos serviços objeto do contrato, sejam eles decorrentes da legislação trabalhista, social, previdenciária e/ou ambiental, incluídas as indenizações por acidentes, moléstias ou outras de natureza profissional e/ou ocupacional.

4.9.1.17. Assumir inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto do contrato, diretamente por seu preposto e/ou empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento feito pelo Contratante. Nessa hipótese o Contratante poderá reter pagamentos devidos à Contratada, na proporção dos prejuízos verificados, até a solução da pendência.

4.9.1.18. Manter a disciplina entre seus empregados, aos quais será expressamente vedado o uso de qualquer bebida alcoólica, bem como, durante a jornada de trabalho desviar a atenção do serviço.

4.9.1.19. Substituir qualquer integrante de sua equipe, cuja permanência no serviço for considerada inconveniente, no prazo determinado pela Contratante.

4.9.1.20. Dar ciência imediata e por escrito ao Contratante de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

4.9.1.21. Prestar os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços.

4.9.1.22. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seu Preposto.

4.9.1.23. Manter o padrão de qualidade e uniformidade do serviço.

4.9.1.24. Garantir que as dependências vinculadas à execução do serviço sejam de uso exclusivo para atender o objeto do contrato.

4.9.1.25. Preservar e manter o Contratante à margem de todas as reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, referente aos serviços.

4.9.1.26. Ter pleno conhecimento das condições locais e da região onde serão executados os serviços.

4.9.1.27. Identificar todos os equipamentos, materiais e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante.

4.9.1.28. Manter em perfeitas condições de uso as dependências e equipamentos vinculados à execução do serviço, responsabilizando-se por eventuais extravios ou quebras.

4.9.1.29. Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas quando da realização de atividades com produtos químicos controlados, quer seja em qualidade, quantidade ou destinação, atividades essas de inteira responsabilidade da Contratada, que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

4.9.1.30. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase de licitação.

4.9.1.31. Emitir a fatura/nota fiscal, de acordo com o estabelecido, bem como pelos serviços efetivamente fornecidos, juntamente com a **entrega da aprovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (APROVADO)**.

4.9.1.32. A fiscalização e o controle do serviço pelo Contratante não exoneram nem diminui a completa responsabilidade da Contratada por qualquer inobservância ou omissão na prestação do serviço objeto do contrato.

#### 4.10. DIVERSOS

- 4.10.1. As demolições de obstáculos porventura existentes no local da obra deverão ser processadas com todo o cuidado para evitar danos a qualquer peça ou superfície nas redondezas deste;
- 4.10.2. O entulho será colocado em local indicado pela Fiscalização e retirado constantemente, evitando seu acúmulo. A retirada de entulhos e desaterro, bem como o local de sua deposição final, será de exclusiva responsabilidade do executor da obra, a CONTRATADA;
- 4.10.3. Todo o entulho deverá ser removido da obra pela Contratada;
- 4.10.4. Durante a execução dos trabalhos, deverá haver a efetiva destinação dos materiais não utilizados, e a correta disposição dos resíduos gerados;
- 4.10.5. Limpeza permanente do local (diária e final) durante a execução da obra, a Contratada deverá manter os locais de trabalho permanentemente limpos, deixando o ambiente organizado, incluindo a retirada do pouco ou muito entulho que será gerado, de acordo com as normas ou posturas adotadas pela municipalidade;
- 4.10.6. A Contratada fornecerá todos os produtos de limpeza e higienização, materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários para a perfeita execução dos serviços;
- 4.10.7. Realizar limpeza de todos os resíduos relativos ao serviço de pintura;
- 4.10.8. Para assegurar a entrega do serviço em perfeito estado, deverá ser executado a todos os arremates, limpeza e remoção de quaisquer detritos, materiais e equipamentos, remanescentes que julgar necessário e os que à Fiscalização determinar;
- 4.10.9. Deverão ser executadas as limpezas periódicas durante o decorrer a obra para manter a organização e conservação dos materiais utilizados;
- 4.10.10. A Contratada manterá entre a data da conclusão dos serviços e respectivos recebimentos definitivos, pessoais para manutenção da limpeza em número suficiente e adequado;
- 4.10.11. Todos os serviços deverão ser realizados pela CONTRATADA, que fornecerá todos os materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários para a realização dos serviços, de acordo com as Normas Brasileiras e outras normas aplicáveis;
- 4.10.12. Será considerado finalizada a obra após inspeção da Fiscalização e aceitação dos serviços realizados, ficando a Contratada responsável legalmente, pela qualidade dos serviços e reparos necessários decorrentes a problemas relativos à má execução não perceptíveis imediatamente após a construção;
- 4.10.13. O recebimento das instalações elétricas estará condicionado à aprovação dos materiais, dos equipamentos e da execução dos serviços pela Fiscalização. Além disso, as instalações elétricas somente poderão ser recebidas quando entregues em perfeitas condições de funcionamento.
- 4.10.14. Os serviços deverão ser inspecionados durante a execução, bem como após a conclusão, para comprovar o cumprimento das exigências do contrato e desta prática;
- 4.10.15. Eventuais alterações em relação ao projeto somente poderão ser aceitas se aprovadas pela Fiscalização. A referida aprovação não isentará a Contratada de sua responsabilidade;
- 4.10.16. A mão de obra fornecida pela Contratada, bem como todo o material aplicado, deverá ser sempre de primeira qualidade, objetivando, assim, serviço com padrão de qualidade dentro das boas técnicas de construção. Todos e quaisquer serviços que não atendam esses requisitos serão considerados não concluídos, não acabados e não aceitos pela Fiscalização, devendo ser refeitos a cargo da Contratada;
- 4.10.17. Todos os materiais a serem empregados devem ser da melhor qualidade, e processos de aplicação especificados, obedecerão rigorosamente às especificações descritas no projeto e submetido, por escrito, à

Fiscalização para aceite, obedecendo às recomendações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

4.10.18. Em caso de dúvidas deverá procurar a Fiscalização do Contratante para maiores esclarecimentos;

4.10.19. Todos os profissionais deverão obrigatoriamente utilizar os equipamentos de proteção adequados - EPIs;

#### **4.11. Obrigações e Responsabilidades do Contratante:**

4.11.1. O Contratante responsabiliza-se por:

4.11.1.1. Expedir autorização de serviços com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data de início da sua execução;

4.11.1.2. Indicar formalmente o gestor e o(s) fiscal(is) para acompanhamento da execução contratual;

4.11.1.3. Encaminhar a liberação de pagamento da fatura da prestação dos serviços, mediante apresentação da **aprovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (APROVADO)**;

4.11.1.4. Aplicar os devidos fatores de desconto, quando necessários.

4.11.1.5. Indicar as instalações a serem utilizadas com relação a execução dos serviços (objeto do contrato).

4.11.1.6. Acompanhar e fiscalizar a execução e a entrega dos serviços, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo recebimento do objeto deste Termo de Referência;

4.11.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA;

4.11.1.8. Solicitar a correção dos serviços em que se verificarem com defeitos;

4.11.1.9. Conceder prazo de 03(três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA corrigir os serviços executados com defeito;

4.11.1.10. Aplicar a CONTRATADA as sanções regulamentares em caso de descumprimento do objeto contratado;

4.11.1.11. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários conforme a legislação vigente.

#### **4.16. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E NORMAS APLICÁVEIS**

- NBR 14276/2020 - Treinamento básico para brigada de incêndio - Estabelece Requisitos e procedimentos para composição, treinamento e atividades das brigadas de incêndio;
- NBR 6122/2019 - Projeto e execução de fundações - Estabelece diretrizes e procedimentos para o projeto de execução de fundações;
- NBR 14931/2023 - Estabelece requisitos para a execução de estruturas permanentes e temporárias de concreto armado;
- NBR 7182/2025 - Estabelece método para determinação da relação entre o teor de umidade e a massa específica aparente seca de solos quando compactados;
- NBR 15461/2021 - Estabelece os requisitos de fabricação e métodos para tanques de aço;
- NBR 15705/2009 - Estabelece os requisitos mínimos e os métodos de ensaio para os registros de gavetas destinados a instalações prediais de água fria ou quente;
- NBR 16704/2019 - Estabelece os requisitos mínimos para a seleção e instalação de conjuntos de bombas estacionárias para sistemas automáticos de proteção contra incêndio;
- NBR 5580/2015 - Estabelece os requisitos exigíveis para fabricação e fornecimento de tubos de aço-carbono, com ou sem solda longitudinal, com ou sem revestimento protetor de zinco, para condução de água, gás, vapor e outros fluidos não corrosivos;
- NBR 15079-1/2025 - Estabelece os requisitos de desempenho para os níveis econômico, standard, premium e super premium das tintas imobiliárias à base de água ou solvente;

- NBR 15705/2009 - Instalações prediais - Registro de gaveta - Requisitos e métodos de ensaio;
- NBR 15055/2004 - Válvulas-gaveta, globo, angular e de retenção de bronze - Requisitos;
- NBR 6943/2025 - Conexões de ferro fundido com rosca ABNT NBR NM ISO 7-1 para tubulações;
- NBR 13714/2000 - Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio
- NBR 11861/1998 - Mangueira de incêndio - Requisitos e métodos de ensaio;
- NBR 14870-1/2013 - Esguicho para combate a incêndio - Parte 1: Esguicho básico de jato regulável;
- NBR 13057/2011 - Eletroduto rígido de aço carbono, com costura, zincado eletroliticamente e com rosca ABNT NBR 8133 - Requisitos;
- NBR 15701/2016 - Conduletes metálicos roscados e não roscados para sistemas de eletrodutos;
- NBR NM 247-3/2002 - Cabos isolados com policloreto de vinila (PVC) para tensões nominais até 450/750V, inclusive - Parte 3: Condutores isolados (sem cobertura) para instalações fixas (IEC 60227-3, MOD);
- NBR ISO 7240-11/2012 - Sistemas de detecção e alarme de incêndio - Parte 11: Acionadores manuais;
- NBR ISO 7240-2/2021 - Sistemas de detecção e alarme de incêndio - Parte 2: Equipamentos de controle e de indicação de detecção de incêndio;
- NBR ISO 7240-3/2022 - Sistemas de detecção e alarme de incêndio - Parte 3: Dispositivos de alarme sonoro;
- NBR NM 247-5/2009 - Cabos isolados com policloreto de vinila (PVC) para tensões nominais até 450/750 V, inclusive - Parte 5: Cabos flexíveis (cordões) (IEC 60227-5, MOD);
- NBR 13434-1/2020 - Sinalização de segurança contra incêndio e pânico - Parte 1: Princípios de projeto;
- NBR 15808/20217 - Extintores de incêndio portáteis;
- NBR 10898/2023 - Sistema de iluminação de emergência;
- NBR 14136/2012 - Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo até 20 A/250V em corrente alternada - Padronização;

#### **4.12. Garantia da Contratação**

4.12.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.12.2. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

4.12.3. Caução em dinheiro - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

4.12.4. Caução em títulos da dívida pública - Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.12.5. Fiança bancária - Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

4.12.6. Seguro garantia - A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria.

4.12.7. Título de capitalização - Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.12.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Para elaboração da planilha orçamentária (anexo I), os valores foram baseados na tabela de composição de preços do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI / CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SP Obras, SP Educação, SIURB, FDE, CPTM e Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, conforme a data base vigente.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta visa à contratação de uma empresa especializada e devidamente regulamentada que deverá possuir expertise comprovada e certificações pertinentes para realização dos serviços (objeto do contrato), atendendo rigorosamente aos prazos e às normas técnicas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, para a realização de elaboração do Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, sua submissão e aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, para fins de renovação do AVCB da Residência de Conservação de Catanduva/SP - RC9.1, compreendendo:

6.1.1. **Instalação da central de detecção e alarme de incêndio**, incluindo sirenes e demais componentes, assegurando que o referido sistema esteja operando com máxima eficiência e dentro das normas de segurança vigentes. Recomenda-se contemplar os seguintes pontos:

6.1.1.1. **Inspeção Técnica Abrangente:** Realização de uma análise detalhada da central, envolvendo a verificação dos circuitos, módulos de controle e todas as conexões associadas às sirenes e sensores, assegurando a integridade e operacionalidade dos componentes.

6.1.1.2. **Testes Funcionais e Operacionais:** Execução de testes completos com a simulação de cenários de emergência, para assegurar que a central e os dispositivos conectados (sirenes, sensores, etc.) respondam com precisão e dentro dos parâmetros de segurança.

6.1.1.3. **Avaliação da Integridade de Conectividade:** Conferência minuciosa das interligações e conectores dos dispositivos, garantindo uma comunicação clara e confiável entre todos os pontos críticos do sistema.

6.1.1.4. **Emissão de Relatório Técnico:** Após a conclusão dos procedimentos, deverá ser emitido um laudo técnico detalhado, que documente o funcionamento e, se necessário, os ajustes realizados, certificando a conformidade do sistema com os requisitos de segurança.

6.1.2. **Instalação das luminárias de emergências:** As luminárias de emergência em questão são dotadas de 30 lâmpadas de LED com potência de 2W, equipadas com bateria de lítio de alta durabilidade e autonomia de 06 (seis) horas. A empresa contratada deverá assegurar a eficácia do sistema de iluminação de emergência em eventuais situações de evacuação, e garantindo que estejam em perfeita conformidade com os padrões exigidos pela legislação em vigor.

6.1.3. **Instalação dos Extintores de Incêndio** de Pó Químico Seco (PQS) e de Água Pressurizada (AP), conforme as normas vigentes da ABNT (NBR 12962 e NBR 13485) e regulamentações locais, bem como a emissão de certificado de conformidade ao final da instalação. Os extintores devem atender às exigências legais e de segurança, e que estejam em perfeitas condições de uso, oferecendo segurança e conformidade às normas de prevenção contra incêndios.

6.1.4. **Instalação das placas de sinalização de emergência e dos dispositivos de evacuação** em conformidade com normas e regulamentações. Essa instalação deverá ser feita com base nas diretrizes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), como a NBR 13434 (que regula as placas de sinalização) e a NBR

16820 (que aborda sistemas de controle de fumaça e evacuação), além das normas técnicas do Corpo de Bombeiros.

**6.1.5. Realização de treinamento teórico e prático da Brigada de Incêndio**, que deverá ser realizado por instrutores especializados em segurança contra incêndio e primeiros socorros, devidamente certificados e autorizados pelo Corpo de Bombeiros, seguindo as normas regulamentadoras, como a NR 23 (Proteção contra Incêndios) e a NBR 14276 (Brigada de Incêndio), que estabelecem diretrizes para tal capacitação, devendo, posteriormente, emitir certificado atestando a qualificação dos brigadistas, culminando com a emissão do laudo técnico que atestará a conformidade da edificação com as normativas exigidas pelo Corpo de Bombeiros para a obtenção da aprovação do AVCB da Coordenadoria Geral Regional de São José do Rio Preto - CGR.9.

6.2. A execução dos serviços deverá observar estritamente as diretrizes normativas aplicáveis, sendo supervisionada por fiscais designados pelo Contratante, garantindo, assim, o cumprimento de todas as especificações técnicas e legais.

6.3. A comprovação de que a contratação produz os resultados pretendidos pela Administração, será constatada através do relatório da fiscalização do contrato e do acompanhamento da execução no próprio local.

6.4. A prestação dos serviços ocorrerá no período estabelecido no item 2.9.1 deste ETP.

6.5. O serviço deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.6. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão dos serviços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.7. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. O Contratante poderá convocar o preposto da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9. Após a emissão da Ordem de Execução dos Serviços, o Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **6.10. Preposto:**

6.10.1. A Contratada designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.10.2. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da Contratada, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

#### **6.11. Rotinas de Fiscalização:**

6.11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) conforme disposto na Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A contratação abrangerá a totalidade dos serviços indispensáveis à obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, incluindo, de forma integrada: a elaboração do Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, sua submissão e tramitação para aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, bem como a emissão de todos os laudos técnicos e documentos necessários ao atendimento das exigências legais e normativas aplicáveis.

7.2. No quadro a seguir, apresentamos a estimativa dos quantitativos necessários para o desenvolvimento do Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, sua aprovação junto ao Corpo de Bombeiros e a execução dos serviços e fornecimento de materiais a serem utilizados na Coordenadoria Geral Regional de São José do Rio Preto – CGR-9, de acordo com as necessidades identificadas para viabilizar a completa obtenção do AVCB.

7.3. SERVIÇOS COM OS QUANTITATIVOS NECESSÁRIOS:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	FONTE	UNIDADE	QUANTIDADE
1	PROJETO E APROVAÇÃO NO CORPO DE BOMBEIROS				
1.1	20.005.035 (E)	DESENVOLVIMENTO DE PROJETO TÉCNICO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E APROVAÇÃO JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS PARA EDIFICAÇÕES DE 5001 M2 À 10000 M2.	SIURB	GL	1,00
1.2	08.08.090	Treinamento básico para brigada de incêndio incluso equipamentos (por participante) - BDI = 23,00	FDE	UN	10,00
1.3	20.005.035 (E)	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS PARA OBTENÇÃO DO AVCB JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS PARA EDIFICAÇÕES DE 5001 À 10000 M2	SIURB	GL	1,00
2	SERVIÇOS PRELIMINARES				
2.1	17.030.002 (E))	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	FDE	M²	2,00
3	BASE RESERVATÓRIO				
3.1	02.02.026	Broca de concreto de diametro 25cm - incl arranques	FDE	M	30,00
3.2	02.02.021	Aco ca-50 (a ou b) fyk = 500 mpa	FDE	KG	456,00
3.3	103184	CONCRETAGEM DE ESCADAS EM EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES FEITAS COM SISTEMA DE FÔRMAS MANUSEÁVEIS COM CONCRETO USINADO AUTOADENSÁVEL, FCK 25 MPA - LANÇAMENTO E ACABAMENTO. AF_09/2024	SINAPI	Ms	4,00
3.4	97086	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM MADEIRA SERRADA, 4 UTILIZAÇÕES. AF_09/2021.	SINAPI	M2	6,48
3.5	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA. AF_09/2021	SINAPI	M²	7,29
3.6	4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 A 19MM) POSTO PEDREIRA /FORNECEDOR, SEM FRETE	SINAPI	Ms	0,36
4	SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO				
4.1	ORÇ_001	RESERVATÓRIO METÁLICO 18.0000 LITROS	ORÇAMENTO	UNID.	1,00
4.2	08.04.002	Registro de gaveta bruto dn 20mm (3/4")	SP Educação	UNID.	1,00

4.3	08.14.045	Torneira de boia em latao (boia plast) dn 20mm (3/4")	SP Educação	UNID.	1,00
4.4	08.13.011	Tubo aco galvaniz nbr5580-cl media, dn20mm (3/4") - incl conexoes	SP Educação	M	20,00
4.5	08.08.069	Ai-01 abrigo para bomba de incendio	FDE	UNID.	1,00
4.6	43.10.480	Conjunto motor-bomba (centrífuga) 7,5 cv, multiestágio, Hman= 30 a 80 mca, Q=21,6 a 12,0 ms/h	CDHU	UNID.	1,00
4.7	02.03.07.110.65	Bomba centrífuga pressurizadora (Jockey) Q = 1,2 ms/h; H = 56 mca; P = 2,0 cv	CPTM	UNID.	1,00
4.8	09.012.053 (E)	QUADRO DE BOMBA DE INCÊNDIO	SIURB	UNID.	1,00
4.9	46.07.080	Tubo galvanizado DN= 3', inclusive conexões	CDHU	M	6,00
4.10	46.07.070	Tubo galvanizado DN= 2 1/2', inclusive conexões	CDHU	M	18,00
4.11	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	CDHU	M²	10,00
4.12	47.01.080	Registro de gaveta em latão fundido sem acabamento, DN= 3'	CDHU	UNID.	2,00
4.13	47.05.070	Válvula de retenção horizontal em bronze, DN= 3'	CDHU	UNID.	2,00
4.14	47.01.070	Registro de gaveta em latão fundido sem acabamento, DN= 2 1/2'	CDHU	UNID.	1,00
4.15	47.05.060	Válvula de retenção horizontal em bronze, DN= 2 1/2'	CDHU	UNID.	2,00
4.16	92390	JOELHO 90 GRAUS, EM FERRO GALVANIZADO, DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UNID.	9,00
4.17	92642	TÊ, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 65 (2 1/2"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UNID.	4,00
4.18	50.01.340	Abrigo para registro de recalque tipo coluna, completo - inclusive tubulações e válvulas	CDHU	UNID.	1,00
4.19	50.01.060	Abrigo para hidrante/mangueira (embutir e externo)	CDHU	UNID.	1,00
4.20	50.01.080	Mangueira com união de engate rápido, DN= 1 1/2' (38 mm)	CDHU	M	360,00
4.21	50.01.220	Esguicho latão com engate rápido, DN= 1 1/2', jato regulável	CDHU	UNID.	12,00
4.22	50.01.210	Chave para conexão de engate rápido	CDHU	UNID.	12,00
4.23	38.04.040	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 3/4' com acessórios	CDHU	M	120,00
4.24	40.06.040	Condutele metálico de 3/4'	CDHU	CJ	20,00
	91934				



4.25		CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 450 /750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SINAPI	M	120,00
4.26	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SINAPI	M	600,00
4.27	50.05.450	Acionador manual quebra-vidro endereçável	SP OBRAS	UNID.	12,00
4.28	66.02.500	Central de alarme microprocessada, para até 125 zonas	CDHU	UNID.	1,00
4.29	P. 17.000.091009	Sirene audiovisual tipo endereçável, potência de 90 a 110db, tensão até 24Vcc, corrente 100mA, leds alto brilho; ref. VRE-SVF da Verin, Strobe 99dB da Siemens ou equivalente	SP OBRAS	UNID.	12,00
4.30	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SINAPI	M	1.200,00
4.31	91927	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6 /1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SINAPI	M	620,00
4.32	97.02.036	Placa de identificação em PVC com texto em vinil	CDHU	M²	1,20
4.33	97.02.193	Placa de sinalização em PVC fotoluminescente (200x200mm), com indicação de equipamentos de alarme, detecção e extinção de incêndio	CDHU	UNID.	40,00
4.34	97.02.195	Placa de sinalização em PVC fotoluminescente (240x120mm), com indicação de rota de evacuação e saída de emergência	CDHU	UNID.	60,00
4.35	97.02.197	Placa de sinalização em PVC, com indicação de alerta	CDHU	UNID.	40,00
4.36	97.02.198	Placa de sinalização em PVC, com indicação de proibição normativa	CDHU	UNID.	60,00
4.37	50.10.120	Extintor manual de pó químico seco ABC - capacidade de 6 kg	CDHU	UNID.	35,00
4.38	50.05.312	Bloco autônomo de iluminação de emergência LED, com autonomia mínima de 3 horas, fluxo luminoso de 2.000 até 3.000 lúmens, equipado com 2 faróis	CDHU	UNID.	18,00
4.39	50.05.072	Luminária de emergência LED de sobrepor, para teto ou parede, autonomia mínima 2 horas	CDHU	UNID.	35,00
4.40	40.04.450	Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa	CDHU	CJ	53,00

7.4. Deverão ser atendidas as Normas Técnicas vigentes e as especificações atualizadas da ABNT, bem como as Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo. Ressalta-se que todas as taxas necessárias para a aprovação da renovação do AVCB, inclusive os serviços burocráticos junto ao órgão competente, desde o protocolo de entrada até a aprovação final, serão de responsabilidade da Contratada.

**Documentos a serem entregues pela Contratada:**

- a) **ART** referente à manutenção dos sistemas de proteção e combate a incêndios;
- b) **ART** referente ao sistema elétrico de baixa tensão;
- c) **Atestado de Conformidade** do sistema elétrico de baixa tensão, conforme padrão IT 41 do Corpo de Bombeiros;
- d) **Relatório de Conformidade** do sistema de alarme, conforme padrão IT-18 do Corpo de Bombeiros;
- e) **Atestado de Brigada de Incêndio** (a lista de brigadistas será fornecida por ocasião do agendamento da brigada).
- f) **Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB (APROVADO )**.

7.4.1. A Contratada deverá fornecer os insumos, materiais, equipamentos e profissionais tecnicamente qualificados, em quantidades adequadas e suficientes para a perfeita execução dos serviços, no prazo estipulado no item 4.6. deste ETP.

**7.5. Valores Referenciais, Definições e Critérios para elaboração dos Preços**

7.5.1. Os valores referenciais apresentados se aplicam aos itens de licitações submetidos a participação ampla, isto é, quando o valor estimado supera R\$ 80.000,00 no mesmo exercício financeiro e, por isso, a contratação não pode ser destinada com exclusividade a Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) (Acórdão TCU nº 1.932, de 2016).

7.5.2. Os valores unitários dos serviços apresentados e relacionados na planilha orçamentaria (anexo I) tem como base de referência a tabela de composição de preços do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI / CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SP Obras, SP Educação, SIURB, FDE, CPTM e Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, conforme data base vigente, e deverão ser utilizados como critério de aceitabilidade de preços.

7.5.3. Para a composição de preços, foram utilizados parâmetros encontrados nos custos com mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, benefícios, materiais, equipamentos, transporte e demais insumos necessários à execução dos serviços, acrescidos da taxa de BDI, que engloba todos os custos e despesas indiretas, tributos e impostos, e a taxa de lucro da Contratada.

7.5.4. As especificações técnicas, os critérios para composição de preços, os encargos sociais e os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) foram desenvolvidos levando-se em consideração os parâmetros descritos nos referidos catálogos constantes do item 7.1.2.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 196.223,42

8.1. Valor estimado para a presente contratação é **R\$ 196.223,42** ( cento e noventa e seis mil, duzentos e vinte e três reais e quarenta e dois centavos).

8.2. O valor indicado neste instrumento possui **caráter meramente informativo**, tendo sido estabelecido com fundamento nos índices e referenciais constantes das tabelas SINAPI, SIURB, FDE, SP Educação, CDHU e SP Obras, conforme detalhado na Planilha Orçamentária – Anexo I.

8.3. Ressalta-se que, o Valor "Referencial" será apurado posteriormente, com observância do disposto no Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A contratação será única e indivisível, na modalidade por unidade, abrangendo a prestação dos serviços de elaboração do Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, sua tramitação e aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, bem como o fornecimento integral de todos os insumos, materiais, equipamentos e profissionais qualificados necessários à execução completa dos serviços.

9.2. O objetivo é viabilizar a aprovação do AVCB da Coordenadoria Geral Regional de São José do Rio Preto – CGR-9, assegurando o pleno atendimento das necessidades do Contratante. A adoção desse formato mostra-se economicamente mais vantajosa e adequada às especificidades do Órgão, garantindo maior eficiência, padronização e segurança técnica na execução das atividades.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao desenvolvimento do Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio e adequações estruturais. O serviço será executado de forma autônoma, completa e independente, não havendo necessidade de contratações complementares para assegurar sua plena realização.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Considerando que o objeto consiste na prestação de desenvolvimento de projeto técnico de prevenção e combate a incêndio e aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, e estando a contratação alinhada ao planejamento orçamentário e estratégico da Administração, verifica-se que a execução integrada é essencial para garantir padrão uniforme de qualidade.

11.2. Adicionalmente, foi realizado estudo prévio pela área demandante, com o objetivo de verificar a real necessidade da contratação e sua compatibilidade com os recursos previstos nas respectivas dotações orçamentárias. Esse levantamento confirmou que a prestação integrada dos serviços é a forma mais eficiente e economicamente viável para atender às demandas da Administração, reforçando a pertinência do modelo de contratação proposto.

11.3. Houve todo um planejamento com levantamento orçamentário, onde estão previstos os gastos conforme, Decreto Orçamentário nº 69.319, de 22 de janeiro de 2025;

11.4. Alinhamento entre a presente aquisição e o Plano de Contratação Anual - PCA:

As informações constantes no Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 44/2025 estão devidamente cadastradas no PCA 2026 - Portal Compras.gov.br:

- ID do item no PCA: 46

- Classe/Grupo: 871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS

- Identificador da Futura Contratação: 262211-24/2026

## **12. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos**

12.1. A Administração Pública busca alcançar, por meio da presente contratação, uma série de resultados essenciais, dentre os quais destacam-se:

12.1.1. Obtenção do AVCB em estrita conformidade com as normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis;

12.1.2. Garantia da segurança dos ocupantes, usuários e do patrimônio público;

12.1.3. Mitigação de riscos à integridade física das pessoas e de eventuais danos materiais decorrentes de sinistros;

12.1.4. Prevenção de sanções administrativas, autuações ou possíveis interdições pelo Corpo de Bombeiros, assegurando a regularidade da edificação.

## **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

13.1. Execução dos trabalhos de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução, destacando-se a legislação ambiental, bem como otimizar a gestão de seus recursos, quer humanos, quer materiais com vistas à qualidade dos serviços, a produtividade adequada, à satisfação do Contratante, e em principal a aprovação do AVCB da Coordenadoria Geral Regional de São José do Rio Preto -CGR.9.

## **14. Providências a serem Adotadas**

14.1. Abertura do processo licitatório para a seleção e contratação da empresa especializada.

14.2. Os Servidores designados, serão capacitados para a fiscalização e gestão contratual.

14.3. A Autoridade competente deverá realizar reuniões, envolvendo os representantes da contratada e os fiscais e gestores para tratar das condições mínimas exigidas para o início do contrato.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. A prestação dos serviços de desenvolvimento do Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, bem como sua aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, não gera impactos ambientais relevantes, por se tratar de atividade essencialmente técnica, voltada ao planejamento, adequação e manutenção dos sistemas de segurança contra incêndios da edificação. Trata-se de intervenção de baixo impacto, restrita à análise, elaboração documental e instalação de equipamentos padronizados, sem alteração estrutural significativa no imóvel.

15.2. Além disso, eventual utilização de materiais ou geração de resíduos decorrentes da adequação dos sistemas, deverá observar procedimentos de destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente, as normas técnicas aplicáveis e as orientações dos órgãos ambientais competentes.

15.3. A Contratada será responsável por garantir que todo resíduo produzido seja separado, armazenado, manuseado e descartado corretamente, mitigando quaisquer riscos ambientais e assegurando a sustentabilidade da execução dos serviços.

## 16. Manifestação Conclusiva

15.1. A contratação de empresa especializada para desenvolvimento do Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, bem como sua aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, apresentada neste estudo, é a opção mais vantajosa e econômica para a Administração.

15.2. Em atenção ao Artigo 4º do Decreto nº 68.017 de 11 de outubro de 2023, certificamos:

- Inciso I - a Coordenadoria Geral Regional de São José do Rio Preto – DR.9, não possui servidores em seu quadro funcional para exercer as funções aqui pretendidas;
- Inciso II - não se trata de serviços de manutenção e assistência técnica;
- Inciso III - não há contratações anteriores voltadas ao atendimento de necessidade idêntica ou semelhante à pretendida contratação, porém os valores unitários dos serviços apresentados e relacionados na planilha orçamentaria (anexo I deste ETP) tem como base de referência a tabela de composição de preços do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, SIURB, FDE, SP Educação, CDHU e SP Obras
- Inciso IV - o presente Estudo Técnico Preliminar - ETP, foi elaborado no sistema ETP Digital disponível no [comprasnet.gov.br](http://comprasnet.gov.br)

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável e necessária para regularizar a edificação perante o Corpo de Bombeiros, garantindo segurança, conformidade normativa e proteção ao patrimônio público. A execução por empresa especializada assegura eficiência técnica, redução de riscos e economicidade ao evitar retrabalhos e custos adicionais para a Administração.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LUIS ANTONIO TUPY**

Chefe de Serviço/Requisitante



*Assinou eletronicamente em 09/02/2026 às 11:46:09.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PLANILHA ORCAMENTARIA ANEXO 1.pdf (318.66 KB)
- Anexo II - CRONOGRAMA ANEXO 2.pdf (153.9 KB)

ANEXO I						DATA: 21/10/2025						BDI: 25,00%	
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						VERSÃO							
OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, treinamento da Brigada de Incêndio, bem como a execução de todos os serviços técnicos, com fornecimento de mão de obra e materiais, necessários para a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, conforme especificações do Termo de Referência, para o prédio da Coordenadoria Geral Regional de São José do Rio Preto – CGR.9.						CPTM 2025/10							
						DER-SP 2025/10							
						SICRO HOVO 2025/07 COM DESONERAÇÃO							
						SINAPI 2025/12 COM DESONERAÇÃO							
						SIURB 2025/07 COM DESONERAÇÃO							
						SP Educação 2025/07							
						SP Obras 199 COM DESONERAÇÃO							
						Composições Próprias						PRÓPRIA	
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNIDADE	QTD	CUSTO DIRETO (R\$)					PREÇO TOTAL	PREÇO TOTAL COM BDI	
						MÃO DE OBRA	MATERIAL	EQUIPAMENTOS	OUTROS	PREÇO UNIT.			
1	PROJETO E APROVAÇÃO NO CORPO DE BOMBEIRO											29.889,18	
1.1	20.005.035 (E)	DESENVOLVIMENTO DE PROJETO TÉCNICO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E APROVAÇÃO JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS PARA EDIFICAÇÕES DE 5001 M2 A 10000 M2	SIURB	GL	1,00	13.410,99	0,00	0,00	0,00	13.410,99	13.410,99	16.763,74	
1.2	08.08.090	Treinamento básico para brigada de incêndio incluso equipamentos (por participante) - BDI = 23,00	FDE	LN	10,00	0,00	0,00	0,00	154,08	154,08	1.540,80	1.926,00	
1.3	20.005.038 (E)	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS PARA OBTENÇÃO DO AVCB JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS PARA EDIFICAÇÕES DE 5001 A 10000 M2	SIURB	GL	1,00	8.959,55	0,00	0,00	0,00	8.959,55	8.959,55	11.199,44	
2	SERVIÇOS PRELIMINARES											1013,70	
2.1	17.030.002 (E)	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	SIURB	M2	2,00	83,11	322,37	0,00	0,00	405,48	810,96	1013,70	
3	BASE RESERVATÓRIO											14.777,22	
3.1	02.02.026	Broca de concreto de diametro 25cm - Incl arranques	FDE	M	30,00	49,49	36,30	0,00	0,01	85,80	2674,00	3.217,50	
3.2	02.02.021	Aço ca-50 (a ou b) fyk = 500 mpa	FDE	KG	456,00	5,26	7,40	0,00	0,00	12,66	5772,96	7.216,20	
3.3	103184	CONCRETAGEM DE ESCADAS EM EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES FEITAS COM SISTEMA DE FÓRMAS MANUSEÁVEIS COM CONCRETO USINADO AUTOADENSÁVEL, FCK 25 MPA - LANÇAMENTO E ACABAMENTO. AF_09/2024	SINAPI	M3	4,00	47,47	556,54	0,00	0,00	604,01	2416,04	3.020,05	
3.4	97086	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM MADEIRA SERRADA, 4 UTILIZAÇÕES. AF_09/2021	SINAPI	M2	6,48	158,06		0,00		158,06	1024,23	1.280,29	
3.5	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA. AF_09/2021	SINAPI	M2	7,29	0,89	0,00	0,00	0,00	0,89	6,49	8,11	
3.6	4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 A 19MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	SINAPI	M3	0,36	0,00	77,78	0,17	0,00	77,95	28,06	35,08	
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNIDADE	QTD	CUSTO DIRETO (R\$)					PREÇO TOTAL	PREÇO TOTAL COM BDI	
						MÃO DE OBRA	MATERIAL	EQUIPAMENTOS	OUTROS	PREÇO UNIT.			
4	SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO											148.021,84	
4.1	ORC_001	RESERVATÓRIO METÁLICO 18.0000 LITROS	ORÇAMENTO	LN	1,00	139,97	25.910,00	433,12	47,89	26.530,98	26.530,98	33.163,73	
4.2	08.04.002	Registro de gaveta bruto dn 20mm (3/4")	SP Educação	LN	1,00	27,52	60,33	0,00	0,01	87,86	87,86	109,83	
4.3	08.14.045	Torneira de bola em latão (bola plast) dn 20mm (3/4")	SP Educação	LN	1,00	15,29	98,30	0,00	0,01	113,60	113,60	142,00	
4.4	08.13.011	Tubo aço galvaniz nbs580-cl media, dn20mm (3/4") - Incl conexoes	SP Educação	M	20,00	40,77	42,18	0,00	0,01	82,96	1.659,20	2.074,00	
4.5	08.08.069	Ai-01 abrigo para bomba de incendio	FDE	LN	1,00	1.155,81	1.805,02	0,00	0,00	2.960,83	2.960,83	3.701,04	
4.6	43.10.480	Conjunto motor-bomba (centrifuga) 7,5 cv, multistágio, Hman= 30 a 80 mca, Q= 21,6 a 12,0 m³/h	CDHU	LN	1,00	137,64	15,96	9332,43	0,02	9.486,05	9.486,05	11.857,56	
4.7	02.03.07.110.05	Bomba centrífuga pressurizadora (Jockey) Q = 1,2 m³/h; H = 56 mca; P = 2,0 cv	CPTM	UM	1,00	582,48	0,00	2147,99	0,00	2.730,47	2.730,47	3.413,09	
4.8	09.012.053 (E)	QUADRO DE BOMBA DE INCÊNDIO	SIURB	LN	1,00	499,36	602,49	403,13	117,51	1.622,49	1.622,49	2.028,11	
4.9	46.07.060	Tubo galvanizado DN= 3", inclusive conexões	CDHU	M	6,00	55,04	223,55	0,00	0,00	278,59	1.671,54	2.089,43	
4.10	46.07.070	Tubo galvanizado DN= 2 1/2", inclusive conexões	CDHU	M	18,00	48,92	136,26	0,00	0,00	185,18	3.333,24	4.166,55	
4.11	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	CDHU	M2	10,00	14,68	18,66	0,00	0,00	33,34	333,40	416,75	
4.12	47.01.080	Registro de gaveta em latão fundido sem acabamento, DN= 3"	CDHU	LN	2,00	48,92	644,09	0,00	0,01	693,02	1.386,04	1.732,55	
4.13	47.05.070	Válvula de retenção horizontal em bronze, DN= 3"	CDHU	LN	2,00	11,01	748,16	0,00	0,00	757,17	1.514,34	1.892,93	
4.14	47.01.070	Registro de gaveta em latão fundido sem acabamento, DN= 2 1/2"	CDHU	LN	1,00	36,69	385,69	0,00	0,00	422,38	422,38	527,98	
4.15	47.05.060	Válvula de retenção horizontal em bronze, DN= 2 1/2"	CDHU	LN	2,00	11,01	622,31	0,00	0,00	633,32	1.266,64	1.583,30	
4.16	92390	JOELHO 90 GRAUS, EM FERRO GALVANIZADO, DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	LN	9,00	69,74	95,33	0,00	0,00	165,07	1.485,63	1.857,04	
4.17	92642	TE, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 65 (2 1/2"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	LN	4,00	92,92	132,34	0,00	0,00	225,26	901,04	1.126,30	
4.18	50.01.340	Abrigo para registro de recalque tipo coluna, completo - inclusive tubulações e válvulas	CDHU	LN	1,00	398,24	2.846,00	2,43	1,28	3.247,95	3.247,95	4.059,94	
4.19	50.01.060	Abrigo para hidrante/mangueria (embutir e externo)	CDHU	LN	1,00	85,61	2,92	0,00	344,25	432,78	432,78	540,98	
4.20	50.01.080	Mangueria com união de engate rápido, DN= 1 1/2" (38 mm)	CDHU	M	360,00	2,45	20,01	0,00	0,00	22,46	8.085,60	10.107,00	
4.21	50.01.220	Esguicho latão com engate rápido, DN= 1 1/2", jato regulável	CDHU	LN	12,00	2,45	105,49	0,00	0,00	167,94	2.015,28	2.519,10	
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNIDADE	QTD	CUSTO DIRETO (R\$)					PREÇO TOTAL	PREÇO TOTAL COM BDI	
						MÃO DE OBRA	MATERIAL	EQUIPAMENTOS	OUTROS	PREÇO UNIT.			
4.22	50.01.210	Chave para conexão de engate rápido	CDHU	LN	12,00	0,33	17,99	0,00	0,00	18,32	219,84	274,80	
4.23	38.04.040	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 3/4" com acessórios	CDHU	M	120,00	14,68	14,40	0,00	0,00	29,08	3489,60	4392,00	



4.2	40.05.040	Condutete metálico de 3/4"	CDHU	CJ	20,00	12,23	14,95	0,00	0,00	27,18	543,60	679,50
4.2	91934	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SINAPI	M	120,00	8,23	18,48	0,00	0,00	26,71	3205,20	4006,50
4.2	91924	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 - PRETO	SINAPI	M	600,00	1,66	1,85	0,00	0,00	3,51	2106,00	2632,50
4.2	50.05.450	Acionador manual quebra-vidro endereçável	SP Obras	UN	12,00	15,07	177,99	0,00	0,00	193,06	2316,72	2895,90
4.2	66.02.500	Central de alarme microprocessada, para até 125 zonas	CDHU	UN	1,00	7,34	2.666,52	0,00	0,00	2673,86	2673,86	3342,33
4.2	P.17.000.091009	Sirene autoativaal tipo endereçável, potência de 90 a 110db, tensão até 24Vcc, corrente 100mA, leds alto brilho, ref. VRE-SVF da Verin, Sirene 99dB da Siemens ou equivalente	SP Obras	UN	12,00	0,00	314,93	0,00	0,00	314,93	3779,16	4723,95
4.3	91924	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 - VERMELHO	SINAPI	M	1.200,00	1,66	1,85	0,00	0,00	3,51	4212,00	5265,00
4.3	91927	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SINAPI	M	620,00	2,09	3,43	0,00	0,00	5,52	3422,40	4278,00
4.3	97.02.036	Placa de identificação em PVC com texto em vinil	CDHU	M2	1,20	44,12	245,74	0,00	0,00	289,86	347,83	434,79
4.3	97.02.193	Placa de sinalização em PVC fotoluminescente (200x200mm), com indicação de equipamentos de alarme, detecção e extinção de incêndio	CDHU	UN	40,00	3,20	13,20	0,00	0,00	16,40	656,00	820,00
4.3	97.02.195	Placa de sinalização em PVC fotoluminescente (240x120mm), com indicação de rota de evacuação e saída de emergência	CDHU	UN	60,00	3,20	19,09	0,00	0,00	22,29	1337,40	1671,75
4.3	97.02.197	Placa de sinalização em PVC, com indicação de alerta	CDHU	UN	40,00	3,20	23,67	0,00	0,00	26,87	1074,80	1343,50
4.3	97.02.198	Placa de sinalização em PVC, com indicação de proibição normativa	CDHU	UN	60,00	3,20	8,50	0,00	0,00	11,70	702,00	877,50
4.3	50.10.120	Extintor manual de pó químico seco ABC - capacidade de 6 kg	CDHU	UN	35,00	10,16		245,89	0,00	256,05	8961,75	11202,19
4.3	50.05.312	Bloco autônomo de iluminação de emergência LED, com autonomia mínima de 3 horas, fluxo luminoso de 2.000 até 3.000 lúmens, equipado com 2 peças	CDHU	UN	18,00	7,79	210,74	0,00	0,00	218,53	3933,54	4916,93
4.3	50.05.072	Luminária de emergência LED de sobrepor, para teto ou parede, autonomia mínima 2 horas	CDHU	UN	35,00	12,23	76,45	0,00	0,00	88,68	3103,80	3879,75
4.4	40.04.450	Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa	CDHU	CJ	53,00	7,34	12,37	0,00	0,00	19,71	1044,63	1305,79
											VALOR TOTAL SEM IRR	
											154.961,55	
											VALOR TOTAL COM IRR 35%	
											193.701,94	

**ANEXO II.**  
**MODELO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

**Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, treinamento da Brigada de Incêndio, bem como a execução de todos os serviços técnicos, com fornecimento de mão de obra e materiais, necessários para a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB, conforme especificações do Termo de Referência, para o prédio da Coordenadoria Geral Regional de São José do Rio Preto - CGR.9.**

Item	Descrição dos Serviços	Valor Total	30 dias	60 dias	90 dias	120 dias
1	Projeto e Aprovação no Corpo de Bombeiros		14,38%			
2	Serviços Preliminares			0,50%		
3	Base do Reservatório de Água				5,02%	
4	Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e entrega do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros aprovado.					80,10%
TOTAL						100%

ESP-DR.09 - SAO JOSE DO RIO PRETO

**Contrato 5/2026****Informações Básicas**

<b>Número do artefato</b>	<b>UASG</b>	<b>Editado por</b>	<b>Atualizado em</b>
5/2026	262211-ESP-DR.09 - SAO JOSE DO RIO PRETO	KARINA RODRIGUES DA SILVA	05/03/2026 16:29 (v 0.2)
<b>Status</b>			
RASCUNHO			

**Outras informações**

<b>Categoria</b>	<b>Número da Contratação</b>	<b>Processo Administrativo</b>
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	24/2026	139.00010361/2026

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021****SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA –  
LICITAÇÃO****GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO****SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA,****DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - CGR.9****Processo Administrativo nº 139.00010361/2026-18**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026, CELEBRADO ENTRE A  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, POR  
INTERMÉDIO DO (A) ..... E .....

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - CGR.9, Autarquia Estadual, vinculada à SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, com sede no(a) Av. Floriano Andre Cabrera s/nº, bairro Jardim São Marco, na cidade de São José do Rio Preto/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 43.052.497/0009-51, neste ato representado pelo ....., nomeado(a) pelo ....., conforme publicado no ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ..... na cidade de ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ....., inscrito no ....., conforme atos constitutivos da fornecedora,

tendo em vista o que consta no Processo nº 139.00117735/2025-36 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ..... mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. Clausula primeira - do objeto

1.1. O objeto do presente instrumento é a *Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, treinamento da Brigada de Incêndio, bem como a execução de todos os serviços técnicos, com fornecimento de mão de obra e materiais, necessários para a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB*, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO BEC	CÓDIGO COMPRAS	UNIDADE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PLANO E PROJETO - PROJETO BÁSICO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO EM EDIFICAÇÕES	64645	2763	UNIDADE	R\$	R\$
	VALOR TOTAL MENSAL					R\$
	VALOR TOTAL 120 DIAS					R\$

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de *empreitada por preço GLOBAL*

2. Clausula segunda vigência e prorrogação

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da ..... na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:
- 2.1.3. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.4. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização

### **3. Clausula Terceira - execução e gestão**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **4. Cláusula Quarta - Subcontratação**

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

### **5. Cláusula Quinta - Preço**

5.1. O valor mensal da contratação é de **R\$.....** (.....), perfazendo o valor total de **R\$ .....** (.....).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

### **6. Cláusula Sexta - Pagamento**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

6.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.4.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos e Entidades Estaduais - CADIM ESTADUAL" o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros serão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799 de 2008.

6.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.7. O Contratante poderá por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores..

6.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **7. Cláusula Sétima - Repactuação dos Preços**

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a \_\_/\_\_/\_\_

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice \_\_\_\_\_ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8. Cláusula Oitava Obrigações Contratante

### 8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o *prazo de 30 (trinta) dias* para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133/2021.**

8.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).*

8.1.12. *Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.*

8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e /ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. Cláusula Nona - Obrigações do Contratado

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. *Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato.*

9.1.1.1. *A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade*

9.1.2. *Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;*

9.1.3. *Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;*

9.1.4. *Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;*

9.1.5. *Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;*

9.1.6. *Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que desempenhe (ou) função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.1.7. *Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, ou em documentação apresentada pelo Contratado para cumprimento da disciplina da fiscalização administrativa do Termo de Referência, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;*

9.1.8. *Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.1.9. *Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.*



9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. Pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto Estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

## **10. Cláusula Décima - Obrigações à LGPD**

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

## **11. Cláusula Décima Primeira - Da Garantia**

11.1. *A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade ....., no valor de R\$ \_\_\_\_\_, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados do Contratado que venham a participar da execução dos serviços contratados*

11.2. *A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.*

11.3. *Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:*

11.3.1. *A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

11.3.2. *O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021.*

11.3.3. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.*

11.4. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*

11.5. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:*

11.5.1. *prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;*

11.5.2. *multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e*

*11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.*

*11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:*

*11.6.1. Caso fortuito ou força maior;*

*11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;*

*11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.*

*11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.*

*11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.*

*11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*

*11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).*

*11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.*

*11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.*

*11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;*

*11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*

*11.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.*

*11.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.*

*11.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.*

## **12. Cláusula Décima Segunda - Das Sanções**

*12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:*

*a) der causa à inexecução parcial do contrato;*

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I) Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II) Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**III) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **IV) Multa:**

*(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;*

*(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

*a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

*(3) Compensatória, para as infrações descritas nos subitens “e” a “h”, do item 12.1, de 0,5% a 20% do valor do Contrato.*

*(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de 0,5% a 20% do valor do Contrato.*

*(5) Para infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato.*

*(6) Para infrações descritas na alínea “d” do item 12.1 a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato.*

*(7) Para infrações descritas na alínea “a” do item 12.1 a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:*

*(8) de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, em caso de não apresentação, no prazo fixado pela fiscalização contratual, dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato (art. 50, da Lei n.º 14.133, de 2021), nas hipóteses previstas no Termo de Referência.*

**IV.1)** A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

### **13. Cláusula Décima Terceira - Da Extinção**

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

### **14. Cláusula Décima Quarta - Do Orçamento**

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

*I. Gestão/Unidade: 26051*

*II. Fonte de Recursos: 150140001*

*III. Programa de Trabalho: 26122263065370000*

*IV. Elemento de Despesa: 339039*

*V. Plano Interno: 0647*

*VI. Nota de Empenho:.....*

15.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 15. Cláusula Décima Quinta Dos Casos Omissos

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor e princípios gerais dos contratos.

## 16. Cláusula Décima Sexta Das Alterações

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 17. Cláusula Décima Sétima - Publicação

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

## 18. Cláusula Décima Oitava - Foro

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

18.2. E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São José do Rio Preto, data da última assinatura eletrônica das partes

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

TESTEMUNHAS:

1-

2-

## 19. Responsáveis

Nenhum responsável informado.





SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CATSER /BEC	CATSER /COMPRAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Serviço de Elaboração de Plano e Projeto - Projeto básico de segurança contra incêndio em edificações.	64645	2763	UNID.	1	R\$	R\$
TOTAL MENSAL							R\$
TOTAL 120 DIAS (R\$)							R\$

- Validade da proposta: **60 sessenta dias**

Declaramos conhecer e aceitar todas as condições deste Edital e de seus anexos e comprometemo-nos a fornecer o produto descrito pelo preço constante na proposta acima.

**A Proposta deverá ser enviada com o Anexo VII – Cronograma Físico e o Anexo VIII – Planilha Orçamentária.**

**Declaramos que possuímos conta no Banco do Brasil S/A.**

**Agência:**

**Conta Corrente:**

(município), ..... de ..... de 2026.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

**ANEXO IV**

**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**ANEXO IV.1**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**  
(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº **5/2026, Processo Sei nº 139.00010361/2026-18**, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

**ANEXO V**

**AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO TERMO DE CONTRATO Nº...../.....**

Eu....., CPF nº ..... RG nº ..... residente e domiciliado na cidade de .....  
....., como representante legal da empresa ..... doravante denominada Licitante AUTORIZO, que:

1) que os valores relativos aos salários, provisionados para o pagamento de férias, 13º salário, rescisão contratual e demais verbas trabalhistas devidas aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontadas da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o §3º incisos I a IV do art. 121 da Lei Federal 14.133/2021; 2) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

Cidade, mês, ano

Responsável pela empresa



**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

**ANEXO VI**

**MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA**

**ANEXO VI.1**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA  
REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**  
*(elaborada pelo licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 5/2026, Processo Sei nº 139.00010361/2026-18, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

*(Local e data)*

\_\_\_\_\_  
*(nome/assinatura do representante legal)*



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

**ANEXO VI.2**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA  
REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**  
(elaborada pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF  
nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de  
\_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado  
em participar do Pregão Eletrônico nº 5/2026, Processo Sei nº  
139.00010361/2026-18, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e  
das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria  
prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos  
riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a  
vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido  
no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços,  
prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou  
reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou  
informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura do representante legal)



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

**ANEXO VI.3**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E  
PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**

*(elaborado pelo licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de responsável técnico de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº **5/2026**, **Processo Sei nº 139.00010361/2026-18**, **DECLARO** que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

*(Local e data)*

\_\_\_\_\_  
*(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)*

**ANEXO VII.**  
**MODELO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, treinamento da Brigada de Incêndio, bem como a execução de todos os serviços técnicos, com fornecimento de mão de obra e materiais, necessários para a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB, conforme especificações do Termo de Referência, para o prédio da Coordenadoria Geral Regional de São José do Rio Preto - CGR.9.

Item	Descrição dos Serviços	Valor Total	30 dias	60 dias	90 dias	120 dias
1	Projeto e Aprovação no Corpo de Bombeiros		14,38%			
2	Serviços Preliminares			0,50%		
3	Base do Reservatório de Água				5,02%	
4	Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e entrega do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros aprovado.					80,10%
TOTAL						100%

ANEXO VIII						DATA:		21/10/2025		BDI: 25,00%		
PLANILHA ORÇAMENTARIA						FONTE		VERSÃO				
OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, treinamento da Brigada de Incêndio, bem como a execução de todos os serviços técnicos, com fornecimento de mão de obra e materiais, necessários para a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, conforme especificações do Termo de Referência, para o prédio da Coordenadoria Geral Regional de São José do Rio Preto – CGR.9.						CPTM		2025/10				
						DER-SP		2025/10				
						SICRO NOVO		2025/07 COM DESOBERAÇÃO				
						SINAPI		2025/12 COM DESOBERAÇÃO				
						SIURB		2025/07 COM DESOBERAÇÃO				
						SP Educação		2025/07				
						SP Obras		199 COM DESOBERAÇÃO				
						Composições Próprias		PRÓPRIA				
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID.	QTD	CUSTO DIRETO (R\$)					PREÇO TOTAL	PREÇO TOTAL COM BDI
						MÃO DE OBRA	MATERIAL	EQUIPAMENTOS	OUTROS	PREÇO UNIT.		
1	PROJETO E APROVAÇÃO NO CORPO DE BOMBEIRO											29.889,18
1.1	20.005.035 (E)	DESENVOLVIMENTO DE PROJETO TÉCNICO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E APROVAÇÃO JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS PARA EDIFICAÇÕES DE 5001 M2 À 10000 M2	SIURB	GL	1,00	13.410,99	0,00	0,00	0,00	13.410,99	13.410,99	16.763,74
1.2	08.08.090	Treinamento básico para brigada de incêndio incluso equipamentos (por participante) - BDI = 23,00	FDE	UN	10,00	0,00	0,00	0,00	154,08	154,08	1.540,80	1.926,00
1.3	20.005.038 (E)	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS PARA OBTENÇÃO DO AVCB JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS PARA EDIFICAÇÕES DE 5001 À 10000 M2	SIURB	GL	1,00	8.959,55	0,00	0,00	0,00	8.959,55	8.959,55	11.199,44
2	SERVIÇOS PRELIMINARES											1013,70
2.1	17.030.002 (E)	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	SIURB	M2	2,00	83,11	322,37	0,00	0,00	405,48	810,96	1013,70
3	BASE RESERVATÓRIO											14.777,22
3.1	02.02.026	Broca de concreto de diametro 25cm - incl arranques	FDE	M	30,00	49,49	36,30	0,00	0,01	85,80	2574,00	3.217,50
3.2	02.02.021	Aco ca-50 (a ou b) fyk = 500 mpa	FDE	KG	456,00	5,26	7,40	0,00	0,00	12,66	5772,96	7.216,20
3.3	103184	CONCRETAGEM DE ESCADAS EM EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES FEITAS COM SISTEMA DE FÔRMAS MANUSEÁVEIS COM CONCRETO USINADO AUTOADENSÁVEL, FCK 25 MPA - LANÇAMENTO E ACABAMENTO. AF_09/2024	SINAPI	M3	4,00	47,47	556,54	0,00	0,00	604,01	2416,04	3.020,05
3.4	97086	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM MADEIRA SERRADA, 4 UTILIZAÇÕES. AF_09/2021	SINAPI	M2	6,48	158,06		0,00		158,06	1024,23	1.280,29
3.5	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA. AF_09/2021	SINAPI	M2	7,29	0,89	0,00	0,00	0,00	0,89	6,49	8,11
3.6	4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 A 19MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	SINAPI	M3	0,36	0,00	77,78	0,17	0,00	77,95	28,06	35,08
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNIDA DE	QTD	CUSTO DIRETO (R\$)					PREÇO TOTAL	PREÇO TOTAL COM BDI
						MÃO DE OBRA	MATERIAL	EQUIPAMENTOS	OUTROS	PREÇO UNIT.		
4	SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO											148.021,84
4.1	ORÇ_001	RESERVATÓRIO METÁLICO 18.0000 LITROS	ORÇAMENTO	UN	1,00	139,97	25.910,00	433,12	47,89	26.530,98	26.530,98	33.163,73
4.2	08.04.002	Registro de gaveta bruto dn 20mm (3/4")	SP Educação	UN	1,00	27,52	60,33	0,00	0,01	87,86	87,86	109,83
4.3	08.14.045	Torneira de boia em latao (boia plast) dn 20mm (3/4")	SP Educação	UN	1,00	15,29	98,30	0,00	0,01	113,60	113,60	142,00
4.4	08.13.011	Tubo aco galvaniz nbr5580-cl media, dn20mm (3/4") - incl conexoes	SP Educação	M	20,00	40,77	42,18	0,00	0,01	82,96	1.659,20	2.074,00
4.5	08.08.069	Ai-01 abrigo para bomba de incendio	FDE	UN	1,00	1.155,81	1.805,02	0,00	0,00	2.960,83	2.960,83	3.701,04
4.6	43.10.480	Conjunto motor-bomba (centrifuga) 7,5 cv, multiestágio, Hman= 30 a 80 mca, Q= 21,6 a 12,0 m³/h	CDHU	UN	1,00	137,64	15,96	9332,43	0,02	9.486,05	9.486,05	11.857,56
4.7	02.03.07.110.65	Bomba centrifuga pressurizadora (Jockey) Q = 1,2 m³/h; H = 56 mca; P = 2,0 cv	CPTM	UM	1,00	582,48	0,00	2147,99	0,00	2.730,47	2.730,47	3.413,09
4.8	09.012.053 (E)	QUADRO DE BOMBA DE INCÊNDIO	SIURB	UN	1,00	499,36	602,49	403,13	117,51	1.622,49	1.622,49	2.028,11
4.9	46.07.080	Tubo galvanizado DN= 3", inclusive conexões	CDHU	M	6,00	55,04	223,55	0,00	0,00	278,59	1.671,54	2.089,43
4.10	46.07.070	Tubo galvanizado DN= 2 1/2", inclusive conexões	CDHU	M	18,00	48,92	136,26	0,00	0,00	185,18	3.333,24	4.166,55
4.11	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	CDHU	M2	10,00	14,68	18,66	0,00	0,00	33,34	333,40	416,75
4.12	47.01.080	Registro de gaveta em latão fundido sem acabamento, DN= 3"	CDHU	UN	2,00	48,92	644,09	0,00	0,01	693,02	1.386,04	1.732,55
4.13	47.05.070	Válvula de retenção horizontal em bronze, DN= 3"	CDHU	UN	2,00	11,01	746,16	0,00	0,00	757,17	1.514,34	1.892,93
4.14	47.01.070	Registro de gaveta em latão fundido sem acabamento, DN= 2 1/2"	CDHU	UN	1,00	36,69	385,69	0,00	0,00	422,38	422,38	527,98
4.15	47.05.060	Válvula de retenção horizontal em bronze, DN= 2 1/2"	CDHU	UN	2,00	11,01	622,31	0,00	0,00	633,32	1.266,64	1.583,30
4.16	92390	JOELHO 90 GRAUS, EM FERRO GALVANIZADO, DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	9,00	69,74	95,33	0,00	0,00	165,07	1.485,63	1.857,04
4.17	92642	TÊ, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 65 (2 1/2"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	4,00	92,92	132,34	0,00	0,00	225,26	901,04	1.126,30
4.18	50.01.340	Abrigo para registro de recalque tipo coluna, completo - inclusive tubulações e válvulas	CDHU	UN	1,00	398,24	2.846,00	2,43	1,28	3.247,95	3.247,95	4.059,94
4.19	50.01.060	Abrigo para hidrante/mangueira (embutir e externo)	CDHU	UN	1,00	85,61	2,92	0,00	344,25	432,78	432,78	540,98
4.20	50.01.080	Mangueira com união de engate rápido, DN= 1 1/2" (38 mm)	CDHU	M	360,00	2,45	20,01	0,00	0,00	22,46	8.085,60	10.107,00
4.21	50.01.220	Esguicho latão com engate rápido, DN= 1 1/2", jato regulável	CDHU	UN	12,00	2,45	165,49	0,00	0,00	167,94	2.015,28	2.519,10
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNIDA DE	QTD	CUSTO DIRETO (R\$)					PREÇO TOTAL	PREÇO TOTAL COM BDI
						MÃO DE OBRA	MATERIAL	EQUIPAMENTOS	OUTROS	PREÇO UNIT.		
4.22	50.01.210	Chave para conexão de engate rápido	CDHU	UN	12,00	0,33	17,99	0,00	0,00	18,32	219,84	274,80
4.23	38.04.040	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 3/4" com acessórios	CDHU	M	120,00	14,68	14,40	0,00	0,00	29,08	3489,60	4362,00
4.24	40.06.040	Condulete metálico de 3/4"	CDHU	CJ	20,00	12,23	14,95	0,00	0,00	27,18	543,60	679,50
4.25	91934	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SINAPI	M	120,00	8,23	18,48	0,00	0,00	26,71	3205,20	4006,50
4.26	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 - PRETO	SINAPI	M	600,00	1,66	1,85	0,00	0,00	3,51	2106,00	2632,50
4.27	50.05.450	Acionador manual quebra-vidro endereçável	SP Obras	UN	12,00	15,07	177,99	0,00	0,00	193,06	2316,72	2895,90
4.28	66.02.500	Central de alarme microprocessada, para até 125 zonas	CDHU	UN	1,00	7,34	2.666,52	0,00	0,00	2673,86	2673,86	3342,33
4.29	P.17.000.091009	Sirene audiovisual tipo endereçável, potência de 90 a 110db, tensão até 24Vcc, corrente 100mA, leds alto brilho; ref. VRE-SVF da Verin, Strobe 99dB da Siemens ou equivalente	SP Obras	UN	12,00	0,00	314,93	0,00	0,00	314,93	3779,16	4723,95
4.30	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 - VERMELHO	SINAPI	M	1.200,00	1,66	1,85	0,00	0,00	3,51	4212,00	5265,00



4.3	91927	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	SINAPI	M	620,00	2,09	3,43	0,00	0,00	5,52	3422,40	4278,00
4.3	97.02.036	Placa de identificação em PVC com texto em vinil	CDHU	M2	1,20	44,12	245,74	0,00	0,00	289,86	347,83	434,79
4.3	97.02.193	Placa de sinalização em PVC fotoluminescente (200x200mm), com indicação de equipamentos de alarme, detecção e extinção de incêndio	CDHU	UN	40,00	3,20	13,20	0,00	0,00	16,40	656,00	820,00
4.3	97.02.195	Placa de sinalização em PVC fotoluminescente (240x120mm), com indicação de rota de evacuação e saída de emergência	CDHU	UN	60,00	3,20	19,09	0,00	0,00	22,29	1337,40	1671,75
4.3	97.02.197	Placa de sinalização em PVC, com indicação de alerta	CDHU	UN	40,00	3,20	23,67	0,00	0,00	26,87	1074,80	1343,50
4.3	97.02.198	Placa de sinalização em PVC, com indicação de proibição normativa	CDHU	UN	60,00	3,20	8,50	0,00	0,00	11,70	702,00	877,50
4.3	50.10.120	Extintor manual de pó químico seco ABC - capacidade de 6 kg	CDHU	UN	35,00	10,16		245,89	0,00	256,05	8961,75	11202,19
4.3	50.05.312	Bloco autônomo de iluminação de emergência LED, com autonomia mínima de 3 horas, fluxo luminoso de 2.000 até 3.000 lúmens, equipado com 2 faróis	CDHU	UN	18,00	7,79	210,74	0,00	0,00	218,53	3933,54	4916,93
4.3	50.05.072	Luminária de emergência LED de sobrepor, para teto ou parede, autonomia mínima 2 horas	CDHU	UN	35,00	12,23	76,45	0,00	0,00	88,68	3103,80	3879,75
4.4	40.04.450	Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa	CDHU	CJ	53,00	7,34	12,37	0,00	0,00	19,71	1044,63	1305,79
										VALOR TOTAL SEM BDI		154.961,55
										BDI 25% TOTAL COM		193.701,94